

Trabalho com famílias – uma experiência no acolhimento institucional

Sandra Marina Gomes Tavares

Relatório apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Educação e realizada sob a orientação do Doutor António M. Magalhães

Porto

2015

Resumo

Este relatório apresenta e analisa a experiência de estágio desenvolvida ao longo de seis meses, na área do acolhimento institucional, mais concretamente da educação familiar.

A intervenção centrou-se no trabalho com as famílias das crianças acolhidas, famílias que, antes do acolhimento, já tinham sido alvo de outras intervenções.

A escolha do foco de intervenção adveio do meu interesse em trabalhar esta temática. Portugal é um país com um número bastante elevado de crianças acolhidas, constatando-se que existe falta de intervenção preventiva no seio das famílias. Ao longo dos seis meses de estágio debrucei-me sobre modos e formas de contribuir para a aprendizagem das famílias de crianças em acolhimento.

Ao longo do presente relatório são enunciadas as várias atividades realizadas, onde se pode verificar de que forma atuei e o modo como mobilizei conhecimentos e teorias sobre o acolhimento e as instituições que o realizam.

Das teorias que sustentaram a minha intervenção saliento as do acolhimento institucional e a das famílias-multiproblemáticas. Dos efeitos do acolhimento institucional poderá dizer-se que variam consoante as características individuais das crianças acolhidas. Contudo, existem autores que defendem que o acolhimento temporário poderá ser benéfico (Knorth et al, 2008).

A escolha das atividades que realizei ao longo do meu estágio, adveio de uma prévia análise feita ao contexto familiar em questão.

A intervenção foi feita apenas com uma das famílias das crianças acolhidas no Centro de Acolhimento Temporário Casa de Cedofeita.

Esta experiência permitiu-me concluir que, frequentemente, as famílias quando chegam ao acolhimento já foram alvo de intervenções e que nem sempre essas intervenções são as pretendidas, ou, pelo menos, aquelas de que a família mais precisaria. O trabalho com as famílias pode fazer a diferença, sendo que ao transmitir aos progenitores formas alternativas de atuação junto dos seus filhos podem potenciar-se capacidades que se julgavam inexistentes. Como tal, destaco aqui o papel essencial que um educador tem na intervenção com as famílias.

Abstract

Over the last six months I developed my traineeship focused in family education inserted in the residential care. This report represents and scrutinizes my experience during this few months.

The intervention focused on work with families foster children and the others that will received this children, had already been target of other interventions.

Although this previous studies, I decided to select this team because of my interest to work on this issue in the future. Portugal is a country with a fairly high number of fostered children however there is a lack of preventive intervention in families. Over six months I tried to understand how we can intervene in this “reception families”.

Through this report we enounce many activities where can be seen how I acted and how I mobilized my knowledge and theories about the host and the institutions that perform.

The theories that supported my intervention emphasize the institutional care and household-problems. The effects of residential care can be modified according to the individual characteristics of foster children. Nevertheless, some authors defend that the temporary reception may be beneficial (knorth et al, 2008).

The activities chosen in my stage resulted from a previous analysis made of the family context and the intervention was made only with one of the families of the children accepted in Temporary Shelter House of Cedofeita.

This experience allowed me to conclude that often those families (que chegam ao acolhimento) have been targeted by interventions and they are not always required, or at least those that the family needed more. Working with families can make a difference and permits to deliver to parents alternative ways of acting with their children. This technique enhance up those important capabilities that were non-existents. Therefore, I would like to emphasize the essential role that an educator has in intervention with families.

Résumé

Ce rapport présente et analyse l'expérience de stage développée tout au long de six mois, dans l'aire de l'accueil institutionnel, plus précisément de l'éducation familiale.

L'intervention s'est centrée sur le travail avec les familles des enfants accueillis, des familles qui, avant l'accueil, avaient déjà été la cible d'autres interventions.

Le choix du centre d'intervention advient de mon intérêt de travailler ce thème. Le Portugal est un pays avec un grand nombre d'enfants accueillis et on vérifie qu'il existe un manque d'intervention préventive au sein des familles. Au long de six mois de stage, j'ai étudié les façons et les formes de contribuer pour l'apprentissage des familles d'enfants en accueil.

Au long de l'actuel rapport, les différentes activités réalisées sont énoncées, où on peut vérifier comment j'ai fait et comment j'ai mobilisée des connaissances et des théories sur l'accueil et les institutions qui le font.

De toutes les théories qui soutiennent mon intervention, je mets en évidence celles de l'accueil institutionnel et celles des familles multi-problématiques. En ce qui concerne les conséquences de l'accueil institutionnel, on peut dire qu'elles varient selon les caractéristiques individuelles des enfants accueillis. Cependant, il ya des auteurs qui défendent que l'accueil temporaire peut être bénéfique (Knorth et al, 2008).

Le choix des activités que j'ai réalisées le long de mon stage, a résulté d'une analyse préalable faite au contexte familial en question.

L'intervention a été faite seulement avec une des familles des enfants accueillis dans le Centre d'Accueil Temporaire Maison de Cedofeita.

Cette expérience m'a permis de conclure que, fréquemment, quand les familles arrivent à l'accueil, elles ont déjà été la cible d'autres interventions et celles-ci ne sont pas toujours celles qu'on veut, ou, au moins, celles dont la famille aurait le plus besoin. Le travail avec les familles peut faire la différence, une fois qu'en donnant aux parents des formes alternatives d'actuation auprès de leurs enfants on peut développer des capacités qu'on jugeait inexistantes. Ainsi, je fais ressortir le rôle essentiel qu'un éducateur a dans l'intervention avec les familles.

Agradecimentos

A todos os familiares e amigos que me acompanharam durante esta etapa, especialmente à minha irmã e namorado.

Às minhas colegas de mestrado pela amizade, companhia e ajuda nas horas mais difíceis.

Ao meu orientador Professor Doutor António M. Magalhães pela disponibilidade e empenho na sua orientação.

À minha supervisora local pela confiança, simpatia e ajuda durante todo o estágio.

Às directoras da instituição pela disponibilidade em me receber.

A todos os técnicos(as) e cuidadoras da Casa de Cedofeita pelo carinho com que me receberam.

Índice

Introdução	XIX
1º Capítulo	XXI
Caracterização da instituição	XXI
1.1 Apresentação da Casa de Cedofeita	XXII
1.2 Enquadramento Legal	XXIII
1.3 Constituição das equipas e da Casa.....	XXV
2º Capítulo	XXVII
Enquadramento teórico.....	XXVII
2.1 Papel da Intervenção Comunitária	XXVII
2.2 Conceito de família	XXVIII
2.3 Teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner.....	XXXI
2.4 Acolhimento Institucional.....	XXXIII
2.5 Em Portugal.....	XXXIV
2.6 Ligação com o contexto de estágio	XL
3º Capítulo	XLIII
Apresentação e fundamentação teórico-metodológica do projeto de estágio	XLIII
3.1 As várias fases de elaboração do projeto	XLIV
3.2 Técnicas utilizadas	XLVI
3.3 Objetivos traçados.....	XLVII
4º Capítulo	XLIX
Indicação, descrição e análise do trabalho desenvolvido	XLIX
4.1 Consulta e análise de documentos	XLIX
4.2 Atividades burocráticas.....	LV
4.3 Atividades de colaboração com os profissionais da casa	LV
4.4 Atividades de formação da casa.....	LVIII
4.5 Atividades e rotinas da casa.....	LVIII
4.6 Atividades de intervenção com as crianças	LIX
4.7 Atividades de intervenção com as famílias.....	LIX
4.8 Possibilidades e constrangimentos institucionais	LXVI
5º Capítulo	LXIX

Apresentação e discussão dos resultados	LXIX
6º Capítulo	LXXV
Discussão final.....	LXXV
6.1 Papel do profissional de Ciências da Educação	LXXVI
6.2 Perspetivas de futuro	LXXVII
Referências Bibliográficas.....	LXXIX

Lista de Abreviaturas

- A.P.D.M.F – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família
- C.A.T – Centro de Acolhimento Temporário
- C.P.C.J – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- C.I.A.D – Centro Integrado de Apoio à Deficiência
- D.O.M – Programa Governamental: Desafios, Oportunidades e Mudanças
- I.S.S – Instituto da Segurança Social
- I.P.S.S – Instituição Particular de Solidariedade Social
- L.P.C.J.P – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
- P.S.E.I – Plano Socioeducativo Individual
- P.C.I – Plano Cooperado de Intervenção
- P.E.I – Plano Educativo Individual
- P.I.A.F – Programa de Intervenção e Análise Familiar
- P.I.I – Plano de Intervenção Imediata
- R.S.I – Rendimento Social de Inserção
- S.E.R.A.R – Sistema de Evaluación y Registro en Acogimiento Residencial
- S.P.T.F – Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar

Índice de Anexos

- Anexo 1 – Regulamento Interno
- Anexo 2 – Orientações para a Elaboração do relatório
- Anexo 3 – Plano de Atividades de 2014
- Anexo 4 – Programa de Intervenção e Análise Familiar
- Anexo 5 – Organigrama Casa de Cedofeita
- Anexo 6 – Documento: Missão, Visão e Valores
- Anexo 7 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- Anexo 8 – Book vida padrão

Índice de Apêndices

- Apêndice 1 – Projeto do Estágio
- Apêndice 2 – Registo dos processos
- Apêndice 3 – Descrição do processo do A.
- Apêndice 4 – Atividades Dia Mundial dos Direitos da Criança
- Apêndice 5 – Apresentação Formação Interna
- Apêndice 6 – Registo do Workshop SPTF
- Apêndice 7 – Registo das reuniões com a família
- Apêndice 8 – Registo do Workshop Hospital da CUF Porto
- Apêndice 9 – Registo das reuniões com os técnicos
- Apêndice 10 – Intervenções com a família
- Apêndice 11 – Notas de terreno
- Apêndice 12 – Livro gravidez
- Apêndice 13 – Jogo de tabuleiro
- Apêndice 14 – Crachás de identificação

Introdução

O estágio curricular, de que este relatório pretende dar conta, decorreu no âmbito do domínio de intervenção comunitária, integrado no 2º ciclo do Mestrado em Ciências da Educação.

A temática deste relatório, diretamente ligada com o domínio do mestrado, debruça-se sobre a intervenção feita ao longo do estágio com as famílias das crianças acolhidas.

Em termos do acolhimento institucional, no nosso país podemos assistir a vários tipos de acolhimento: Lares de Infância e Juventude (LIJ), Família de Acolhimento, Centro de Apoio à vida, Lar residencial, Acolhimento de emergência, Apartamento Lar de Autonomização, Centro de Acolhimento Temporário, Comunidade Terapêutica, Colégio de ensino especial, Lar de apoio e Comunidade de inserção (CASA, 2014: 26).

São, pois, muitas as respostas para estas situações, contudo existem algumas que são mais utilizadas do que outras, como é o caso dos Lares de Infância e Juventude e dos Centros de Acolhimento Temporário.

Quanto ao trabalho com as famílias este é desenvolvido conforme a família esteja ou não aberta para a intervenção e é também ele, adaptável às diferentes situações familiares. No que diz respeito à intervenção em contextos sociais, este é um trabalho que pode ser feito de várias formas e em vários locais. Os Centros de Acolhimento Temporário (CAT) são um dos exemplos desse tipo de contextos.

O trabalho com as famílias nas instituições surgiu quando o serviço social foi implantado nas mesmas. Com a entrada do assistente social, verifica-se uma abertura ao exterior e um maior envolvimento das famílias na própria instituição (Capul, M. & Lemay, M. 2003: 11).

Este estágio decorreu entre o mês de Outubro de 2014 e Março de 2015, no Centro de Acolhimento Temporário – Casa de Cedofeita, no Porto.

O presente relatório está dividido em seis capítulos. No primeiro, é feita uma descrição da instituição de acolhimento do estágio curricular; no segundo

capítulo aprofundo a temática do estágio tendo em conta alguma documentação consultada; no terceiro capítulo fundamento teórico-metodologicamente o projeto proposto para o estágio curricular; no quarto capítulo descrevo as atividades realizadas ao longo do período de estágio; no quinto capítulo apresento e analiso os resultados obtidos e confronto-os com os objetivos iniciais; por último, num sexto capítulo, faço uma discussão final sobre todo o trabalho desenvolvido e sobre as perspectivas de futuro em termos profissionais.

Apresento também as referências bibliográficas que me orientaram na escrita do presente relatório e os anexos de alguns documentos essenciais para uma melhor interpretação e percepção do mesmo.

É importante salientar que as siglas de nomes enunciados ao longo do presente relatório são todas elas fictícias.

1º Capítulo

Caracterização da instituição

A instituição onde decorreu o estágio curricular foi o Centro de Acolhimento Temporário (CAT) - Casa de Cedofeita, instituição que pertence à CrescerSer (Associação Portuguesa para o Direito de Menores e da Família). Este CAT situa-se na Rua Instituto dos Cegos S. Manuel, nº2, Porto. Foi criado em 1996 e acolhe crianças dos 0 aos 10 anos de idade com uma lotação de 10 crianças.

A missão da CrescerSer passa por “Promover e divulgar os direitos da criança e acolher crianças vítimas de maus-tratos e perspetivar com elas e suas famílias o seu projeto de vida e sua autonomia.” A visão da instituição, assume que “Nós imaginamos um mundo onde todas as crianças têm reconhecidos e garantidos todos os seus direitos.” (Visão, Missão e Valores: 1). Por sua vez os seus valores estruturantes passam pela:

Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens; Prosseguir o Superior Interesse de cada Criança/Jovem; Dar prevalência à solução familiar promovendo a parentalidade positiva; Respeitar o tempo útil da Criança e Jovem; Garantir a qualidade no acolhimento de cada Criança /Jovem; Promover soluções inovadoras e criativas a favor das Crianças/Jovens; Transparência na atuação; Promoção da Autonomia e da Inserção Comunitária das Crianças

/Jovens; Promover a abertura à comunidade e contribuir para o desenvolvimento Social. (Visão, Missão e Valores: 1)

1.1 Apresentação da Casa de Cedofeita

A Casa de Cedofeita visa o acolhimento temporário de crianças e jovens vítimas de situações de risco, garantindo e promovendo os seus direitos, sendo que os seus objetivos são:

- a) acolher temporariamente crianças nas várias situações de perigo referenciadas no artº 3º, nº 2 da LPCJP e definir, em tempo útil, o seu projeto de vida com a participação da criança, da família e das entidades envolvidas no processo;
- b) propiciar à criança acolhida as condições de segurança, conforto, dignidade e qualidade, proporcionando o seu desenvolvimento em termos físicos, psicoafetivos e sociais por forma a proporcionar-lhe a possibilidade de uma (re)inserção na Família e na Sociedade, indo ao encontro com o seu superior interesse;
- c) criar condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade da criança, mediante a descoberta progressiva de interesses, aptidões e capacidades que proporcionem uma formação pessoal, na sua dupla dimensão, individual e social;
- d) contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso de aprendizagem;
- e) proporcionar às crianças a satisfação das necessidades básicas em condições de vida tão aproximadas quanto possível da estrutura familiar;
- f) estimular o desenvolvimento físico e intelectual;
- g) definir um plano de intervenção psicossocial para as famílias;
- h) acompanhar as famílias;
- i) sensibilizar a opinião pública e/ou a comunidade envolvente ao CAT, no que respeita aos problemas das crianças;
- j) apoiar e promover a divulgação de saberes, relativos à infância e à proteção dos direitos das crianças (Regulamento Interno: 1 e 2).

Em termos de enquadramento legal, os documentos que regulamentam e orientam o funcionamento desta instituição são a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, do qual se destaca a Medida de Acolhimento em Instituição (Lei 147/99 – Subsecção II: 6123).

1.2 Enquadramento Legal

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº147/99 de 1 de Setembro (anexo 9) apresenta como objetivo principal, a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Recorre-se, por isso, à proteção nas situações em que os pais ou quem tenha a guarda da criança ou jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando os mesmos não sejam capazes de proteger a criança ou jovem do perigo resultante por terceiros.

Esta intervenção é feita pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, sendo elas as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e pelos Tribunais.

Outro ponto da lei 147/99 que importa ter em conta é a Medida de Acolhimento em Instituição (lei 147/99 -Subsecção II: 6123). Esta medida consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento e de uma equipa técnica capaz de lhe garantir os cuidados adequados às suas necessidades, à sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

A Medida de Acolhimento em Instituição pode ser de curta ou de longa duração. No que se refere à Casa de Cedofeita, a medida é de curta duração, sendo o acolhimento feito por um prazo não superior a seis meses. Nos casos em que a medida é de longa duração, o acolhimento é feito em lares de infância e juventude (LIJ).

Estes CAT'S podem ser públicos ou privados, sociais ou cooperativos, tendo todos eles que ter, um acordo de cooperação com o Estado e todos eles estão organizados de forma a que as crianças e jovens continuem a ter contacto

com a família, podendo estas visitá-las, exceto quando exista uma decisão judicial em contrário.

A Casa de Cedofeita é regida por um modelo que é comum a todos os Centros de Acolhimento Temporário, ou seja, existem várias etapas desde o acolhimento até ao regresso a casa ou a uma família de acolhimento que se estendem a todos os centros.

Na entrada da criança no CAT preparam-se as outras crianças para o seu acolhimento. Entretanto, é preenchida uma ficha de processo de admissão, uma lista de contactos da criança/jovem, uma lista de pertences que acompanhem a criança na entrada na casa e, posteriormente, é elaborado o processo individual que a irá acompanhar ao longo do tempo que vai passar na casa. Este processo individual deve conter as informações anteriormente referidas. Para além destas informações, este processo deve conter um plano socioeducativo individual (PSEI) e um plano cooperado de intervenção (PCI), devendo também ir sendo atualizado ao longo do tempo.

Esta admissão é considerada como uma intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança/jovem em perigo tendo sempre em conta a medida de promoção aplicada.

Cada processo individual é elaborado, tendo em conta o SERAR – Sistema de Evaluación y Registro en Acogimiento Residencial. Este sistema é elaborado com base em vários pontos: 1-Contatos úteis; 2- Ficha de Processo de Admissão (cópia boletim nascimento; B.I/cartão cidadão) documento sinalizador da admissão (assinado pela entidade responsável pelo acolhimento); 3- Registo cumulativo: A- Dados pessoais relativos ao caso; B- Contexto familiar; C- Contexto Institucional; D- Contexto Escolar; E- Contexto Comunitário; F- Saúde. Histórico e Acompanhamento; G- Informações jurídicas; 4- PEI; 5- Outros. (del Valle et al, 2007: 14-17)

1.3 Constituição das equipas e da Casa

No que se refere à orgânica da Casa de Cedofeita, esta está organizada em duas equipas que trabalham em cooperação: a equipa educativa e a equipa técnica. A equipa educativa é composta por seis cuidadoras que trabalham por turnos. Já a equipa técnica é composta por duas educadoras de infância, sendo que uma delas é destacada pelo Ministério da Educação, duas educadoras sociais, um psicólogo e uma técnica de serviço social. Para além destas duas equipas, a Casa de Cedofeita conta ainda com uma auxiliar de serviços gerais.

Em termos de coordenação, ela tem como direção a APDMF, sediada em Lisboa, sendo que depois tem um elemento representante da coordenação Norte e um elemento representante da direção da Casa (Anexo 6).

Para além do trabalho desempenhado pelas duas equipas, a Casa de Cedofeita conta ainda com o apoio de vários voluntários (Anexo 5).

No que diz respeito ao espaço da Casa, a Casa de Cedofeita conta com:

um berçário, dois quartos duplos, uma casa de banho, uma casa de banho para funcionários (anexo), uma sala de refeições, uma cave, uma despensa, uma cozinha, um quarto de arrumos no anexo, uma lavandaria/ casa de banho (anexo), um gabinete de direção/técnicos (anexo), um gabinete de educadores (anexo), uma horta pedagógica, um parque infantil, uma zona ajardinada à volta da casa (Regulamento Interno: 4).

2ºCapítulo

Enquadramento teórico

2.1 Papel da Intervenção Comunitária

A intervenção comunitária tem como objetivo:

(...) desenvolver poder, capacidades, saberes e experiências [n]as pessoas para, desta forma, tomarem iniciativas, combaterem problemas sociais, económicos, políticos e ambientais, dando-lhes, assim, capacidades para participarem de forma completa e verdadeira na sociedade como cidadãos conscientes e de pleno direito (Cortesão e Trevisan, 2006:64).

Assim sendo, a intervenção comunitária ocupa um papel primordial e deve estar o mais diretamente possível ligada ao contexto e ao terreno de atuação do/a interventor/a. Só assim se terão intervenções significativas que surtam os resultados esperados e pretendidos.

A intervenção comunitária é um campo amplo de atuação em que são muitos os interventores e, como diz Matos:

Se, de facto, se entender que a intervenção comunitária, enquanto acção institucionalmente enquadrada, representa (...) um desígnio, uma iniciativa deliberada de introduzir modificações numa dada estrutura da realidade social, quer seja de âmbito familiar, escolar, ou comunitário, isso supõe, da parte do

agente ou agentes de intervenção, que lhe(s) assiste alguma forma de legitimação outorgada para o fazer. (...) toda a intervenção, para que não seja uma iniciativa arbitrária, precisa de se fazer reconhecer segundo um referencial de justiça ou de moralidade que tem de ser institucionalmente mediado (Matos, 1999:36).

Assim, o trabalho e o tipo de intervenção desenvolvidos não são algo que está previamente estabelecido, variando de contexto para contexto e de agente interventor para agente interventor. As formas de atuação podem ser diversas e ter diferentes objetivos. O importante é que se desenvolva uma intervenção contextualizada e que, antes de tudo, esta tenha em conta não apenas o grupo-alvo, como também todos os outros sujeitos envolvidos no processo.

2.2 Conceito de família

Tendo em conta o trabalho desenvolvido com as famílias, no âmbito do qual acompanhei sempre a minha supervisora local, é importante, para contextualizar teoricamente este relatório, falar-se do conceito de família.

A família é o “...núcleo formador da sociedade, local de desenvolvimento humano e de construção da identidade dos indivíduos, de trocas afectivas, de atendimento das necessidades básicas vitais à existência humana.” (Varanda, A. 2011: 6).

O conceito de família foi evoluindo ao longo dos tempos pelo que a concepção que temos hoje de família não é a mesma que tínhamos há uns anos atrás.

Existem vários conceitos de família pois esta é “(...) uma construção social, uma vez que representa um modo de agir e de pensar coletivo, que evoluiu ao longo do tempo em relação com a organização e o funcionamento da sociedade.” (Silva, 2001 cit in Dias, 2011), pelo que não existe um conceito estável de família.

Todavia esta é “(...) a primeira e mais forte instituição com carácter de socialização, em que a aprendizagem se realiza através da própria experiência da

vida familiar.” (Amaro, 2006 cit in Dias, 2011). É através da nossa família que nós evoluímos e nos tornamos pessoas, ou seja, a família é um meio de socialização muito importante, pois é com ela e através dela que crescemos.

As famílias multiproblemáticas/multidesafiadas são cada vez mais no nosso país, como tal, é essencial a existência de equipas de profissionais que trabalhem com as mesmas (Varanda, A. 2011: 6).

Quando existem problemas nas famílias, e quando as crianças dessas mesmas famílias são acolhidas, é porque existem, certamente, uma série de problemas a elas associados, com os quais a criança não pode continuar a viver. Em termos desses problemas os mais reportados prendem-se com questões de negligência, maus-tratos físicos, abuso sexual e abuso emocional (Magalhães, 2004:34).

Existem vários estudos que defendem que o afastamento da família em certas idades traz consigo consequências irreversíveis para estas crianças e jovens.

(...)o afastamento geográfico dos seus familiares, por um lado poderá acarretar sequelas ao nível do seu desenvolvimento, decorrentes das necessidades e características exclusivas destas idades, e por outro pelos constrangimentos que daí poderão advir, na definição do projeto de vida, e sua concretização em tempo útil. Só numa base de proximidade se conseguem realmente conhecer e avaliar as capacidades de relação familiar (CASA, 2014: 32).

Contudo, muitas das crianças quando chegam a ser acolhidas já têm para trás todo um percurso de anos passados em que todas estas questões estiveram presentes. Daí o relatório CASA (2014) dar relevo a uma série de problemas nas crianças e jovens, que advêm dos maus-tratos, da negligência, entre outros aspetos.

Esses problemas passam por:

problemas de comportamento, deficiência mental clinicamente diagnosticada, debilidade mental clinicamente diagnosticada, problemas de saúde mental

cl clinicamente diagnosticados, deficiência física clinicamente diagnosticada, consumo esporádico de estupefacientes, toxicodependência (CASA, 2014: 16).

Todos os problemas enunciados anteriormente referem-se às crianças e jovens em situação de acolhimento. No caso específico da Casa de Cedofeita, poderei referir que, sendo a faixa etária predominante dos 0-12anos, os problemas com mais incidência são os de comportamento e os ao nível da saúde mental.

Poderei ainda referir que a maioria das crianças acolhidas a nível nacional encontra-se em acompanhamento pedopsiquiátrico e psicológico, sendo que muitas delas, para além desse acompanhamento, ainda frequentam diversas terapias (CASA, 2014).

No que diz respeito à família, e como mais adiante se poderá verificar, o trabalho com a mesma é algo fundamental, sendo privilegiada a perspetiva sistémica, pois parte da “(...) importância do jogo transaccional das interações no interior da família e, portanto, da relação entre as dificuldades individuais e os processos intrafamiliares.” (Capul, M. & Lemay, M., 2003: 16).

Neste âmbito, o trabalho que realizei ao longo do meu estágio curricular foi o de acompanhar e intervir junto das famílias das crianças acolhidas no CAT Casa de Cedofeita. Apesar de este CAT ter capacidade para 10 crianças, nem sempre esta lotação é atingida, e, destas 10 crianças, nem todas as suas famílias estão a ser acompanhadas em termos de assistência social.

No momento em que iniciei o meu estágio curricular pensei inicialmente em trabalhar com três famílias, mas, após a primeira atividade realizada, dessas três famílias apenas uma se mostrou interessada e colaborante.

Assim sendo, apenas uma das famílias está a ser acompanhada pela assistente social da casa (supervisora local) e por mim, enquanto Estagiária de Ciências da Educação. Esta família é a única que tem como projeto de vida o regresso da criança a casa, sendo o projeto o de trabalhar com a família no sentido de desenvolver as condições adequadas para o regresso da criança a casa.

Todos têm um papel fundamental no processo de intervenção comunitária, desde a família, a instituição, os técnicos e todo o contexto circundante. Como refere Menezes, a intervenção:

assume que o desenvolvimento e a acção não são apenas individuais, mas que os grupos sociais, as instituições e as comunidades são também autores no processo de produção de significados e de implementação de projectos de acção sendo desejável intervir no sentido da sua capacitação e empoderamento (Menezes, 2007: 36).

Seguindo a linha desta perspectiva de intervenção, é importante que se façam intervenções “...de forma deliberada e intencional em dimensões que se situam para além da pessoa (Campos, Costa & Menezes, 1993).” (cit in Menezes, 2007:38).

As intervenções que estes autores defendem, ou seja, as intervenções que privilegiam todos os atores envolvidos. No caso específico, todos os elementos da família, intervenções com base no contexto de vida e nas diferentes situações e intervenções que envolvem a instituição e a própria comunidade.

2.3 Teoria ecológica de Urie Bronfenbrenner

Para melhor sustentar esta intervenção/ desenvolvimento em contexto é importante sublinhar o contributo da teoria de Urie Bronfenbrenner para este tipo de intervenção. Segundo Bronfenbrenner (1979, 1986) existem cinco ecossistemas de desenvolvimento humano que têm influência direta no indivíduo. Esses ecossistemas são: o microssistema, o mesossistema, o exossistema, o macrossistema e o cronossistema. O microssistema é composto pelo indivíduo, onde podem ser avaliados a definição dos problemas, a qualidade do contato, responsabilidade pessoal, a utilização do poder pessoal, a qualidade dos afetos e a história pessoal, pela família, onde se podem avaliar os modelos de comunicação (regras e papéis) e a adaptabilidade e coesão. Por sua vez, o mesossistema refere-se, por exemplo, ao alojamento e bairro (meio físico),

vizinhança, família externa, escola, instituições governamentais, justiça, tempos livres e religião. O exossistema refere-se ao mundo do trabalho, às condições de trabalho e aos recursos. Em última estância, o macrossistema são os valores e a cultura da família e o cronossistema é o tempo, os anos.

Segundo a teoria dos sistemas, todos estes cinco sistemas são fundamentais quando se fala em intervenção:

Esta perspectiva ecológica, ao permitir “construir uma compreensão das interrelações entre as estruturas e processos sociais dos grupos, organizações e comunidades em que vivemos” (Kelly, Ryan, Altman & Stelzner, 2000, p.288), potencia o desenho de intervenções que perspectivam a mudança na interação entre as pessoas e os seus contextos de vida como essencial para a promoção do desenvolvimento (Menezes, 2007: 40).

Assim, a intervenção deverá privilegiar e ter em conta todos os cinco sistemas acima enunciados, pois só assim se poderá dizer que foi uma intervenção transversal a todos os contextos de interação do indivíduo. Quando convocamos esta teoria para o caso específico da intervenção feita no estágio curricular, tal implicou que antes da intervenção propriamente dita tivesse havido um estudo da família e dos contextos que a rodeiam, com o objetivo de se perceber a importância desses contextos e como poderão eles ser uma mais-valia para os objetivos que se pretende com a intervenção.

A título de exemplo, no caso específico da família acompanhada, inicialmente houve um estudo da família feito através do PIAF (Programa de Intervenção e Análise Familiar). Este programa privilegia o uso de vários instrumentos de recolha de informação, por exemplo, Eco Mapa, Avaliação da criança/jovem pela família, Escala de apoio social, entre outros (PIAF: 2 adaptado de McWilliam, 1998).

Através deste estudo pode, assim, traçar-se qual o tipo de intervenção que melhor se adequava e que privilegiava todos os atores.

Pode dizer-se que, tal como Menezes refere: “...há que transformar do interior os recursos humanos, as estruturas de apoio e de poder, os climas sociais,

as práticas institucionais ou as vivências comunitárias (Campos, 1989, 1991), condição para produzir mudanças visíveis, sistemáticas e duradouras na ação-em-contexto.” (Menezes, 2007: 44).

2.4 Acolhimento Institucional

Para além do conceito de família, outro conceito importante para o enquadramento teórico da intervenção e deste relatório é o de acolhimento institucional. Tendo em conta a literatura sobre o acolhimento institucional em Portugal e os trabalhos e pesquisas em torno desta temática, são vários os motivos que estão na sua origem: maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos, negligência, abandono escolar, abuso sexual, mendicidade, orfandade, ausência temporária de suporte familiar (Santos, M., 2010: 3).

Antes de mais, importa fazer uma distinção entre institucionalização e acolhimento institucional, sendo que a primeira

tem como características dominantes a despersonalização, a rigidez das rotinas, o tratamento não individualizado das crianças/jovens, o isolamento social e o carácter fechado do funcionamento das instituições que geralmente acolhem um número relativamente elevado de crianças/jovens (superior a 25) (Browne, 2009).

e a segunda “...traduz-se em contextos de prestação de cuidados de base não familiar, de pequena dimensão e de curta ou longa duração (European Commission Daphne Programme, 2007 cit in Browne, 2009).

Tendo em conta estes dois conceitos, o de acolhimento institucional é o que melhor se adequa ao trabalho desenvolvido na Casa de Cedofeita. É, sem dúvida, uma casa de acolhimento que privilegia o trabalho em pequena dimensão, É também um espaço de intervenção que se pretende o mais curta possível, contudo existem sempre casos em que o “temporário”, que são os seis meses previstos pela lei, se prolonga. Por exemplo, em casos em que o processo atrasa no tribunal, ou então em casos em que são dois irmãos que não se podem

separar, por terem uma grande ligação de afetividade, e sendo um mais velho, é 'natural' que o tempo do acolhimento seja prolongado.

2.5 Em Portugal

Em Portugal, durante o ano de 2008, 13.910 crianças e jovens foram identificadas como estando em situação de acolhimento, este número revela a importância que o acolhimento institucional representa, sendo visto como uma segurança para as crianças e jovens que, de um momento para o outro, se vêm de alguma forma desamparadas e precisam de ajuda (Santos, M., 2010: 4).

Contudo, e tendo como referência alguns trabalhos analisados (Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens, 2013), existem visões de como o acolhimento institucional se processa em Portugal e de que forma, o mesmo, foi mudando ao longo dos anos.

Assim sendo, e tendo em conta o relatório CASA, 2014, atualmente estão em situação de acolhimento 8. 470 crianças e jovens, número este que nos demonstra a diminuição que se assistiu ao longo dos anos (ISS, 2014: 2).

Alguns autores defendem que existe uma necessidade de expandir os cuidados residenciais prestados no acolhimento institucional a crianças que estejam na faixa normal de desenvolvimento, ou seja, que é importante intervir o mais cedo possível em idades de desenvolvimento. Por exemplo Barth & Daniels sublinham que:

“...the idea is important because it reminds us that some developmental functions are best served in family settings and some are best served in peer-focused settings.” (Barth & Daniels, 2005: 158).

O que estes autores defendem são intervenções focadas não só em ambientes familiares, como em ambientes em pares. A verdade é que cada caso é um caso e adaptação e flexibilidade são conceitos importantes quando se fala em intervenções junto destas populações (Carvalho, M. 2013: 4).

Apesar das inúmeras críticas apontadas (Maclean, 2003), o acolhimento ainda é a medida mais aplicada em Portugal. Contudo, há autores, como por exemplo M. Santos, que defendem que o elevado número de casos de acolhimento se deve a: “falhas na intervenção preventiva no seio das famílias, tornando-se o acolhimento institucional a resposta imediata e exequível para sanar o perigo em que se encontra a criança/jovem (...)” (Santos, 2010: 28).

Para além disso, é importante existirem respostas viáveis para os casos de crianças e jovens com necessidades especiais (sociais, psicológicas e educativas) que fossem uma opção após o acolhimento.

Segundo o mesmo autor os programas residenciais “...should have corresponding capacity to assess the situation of children and the family members who will be their post-discharge resource and to engage them in achieving a safe and stable reunification.” (Barth & Daniels, 2005: 158).

Existem assim muitos tipos de intervenções que podem ser utilizadas: “...especially functional family therapy (Alexander & Parsons, 1982), parent management training (Reid, Patterson & Snyder, 2002), treatment foster care (Chamberlain & Reid, 1991, 1998) and multisystemic therapy (Henggeler et al., 2003).” (idem: 160).

Todas estas intervenções podem surtir efeitos diferentes consoante não só a família intervencionada, como também a criança ou jovem em causa. Segundo McCurdy and McIntyre (2004) “...the purpose of residential treatment should be to reduce the ‘barrier behaviours’ that keep the child and family from being able to benefit from these community based approaches and from being prepared for the child’s return.” (idem: 161).

Algumas características que determinam os efeitos da institucionalização e da intervenção são, por exemplo, as características individuais da criança - jovem, as condições da família de origem, as características dos serviços e os serviços de acompanhamento pós-institucionalização (Santos, M., 2010: 30,31). Todos estes são pontos essenciais a ter em conta quando se analisa um caso de acolhimento em que houve sucesso ou insucesso. Como se sabe os diversos contextos e interventores no processo influenciam todo o processo e contribuem

positiva ou negativamente para a concretização do projeto traçado após o acolhimento. A título de exemplo poderá referir-se as famílias que colaboram e que se mostram empenhadas e, por outro lado, aquelas famílias que não cumprem as visitas e não se mostram disponíveis para colaborar.

Apesar de nem sempre as intervenções surtirem os efeitos desejados, o certo é que “...residential placement can contribute to the positive development of some youth with serious behavioral and/or emotional disturbances.” (Knorth et al, 2008: 123). A ideia de que a institucionalização-acolhimento é negativa com repercussões para o futuro das crianças e jovens nem sempre é a mais acertada. São cada vez mais os autores que defendem que o acolhimento temporário, em alguns casos, pode até ser benéfico. Por exemplo, Knorth et al (2008) referem que:

“...Curry summarized the results of several studies on the subject of residential care from the 70’s and 80’s and concluded, among other things, that: ‘Most youngsters appear to improve within (residential) treatment.’ (idem: 125).

Para Maclean (2003 cit in Santos, M. 2010: 33), os efeitos negativos da institucionalização são tanto maiores quanto mais associados estiverem a fatores de risco existentes no ambiente pós institucional da criança e do jovem, podendo estes ser minimizados, de acordo com o tipo de intervenção que for desenvolvido na instituição e com o ambiente estimulante e sustentado que lhe for oferecido.

Esta mudança de visão em Portugal, relativamente ao acolhimento institucional, parece ter surgido na sequência da publicação de uma série de “Quality Manuals”, de que é exemplo o livro “Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens, 2013”, que veio revelar como o acolhimento institucional pode ter efeitos positivos e ser benéfico para estas crianças e jovens.

As famílias de acolhimento, segundo o PII (2009), são a resposta mais expressiva em Portugal, no que se refere ao encaminhamento das crianças e jovens nos CAT (Santos, M., 2010: 10), sendo que a intervenção deverá ser o mais curta possível no tempo, para que surta os efeitos necessários. Para que tal seja possível não se pode descurar a importância que alguns atores têm neste processo:

...continuity and professionalism of the foster parents; complementary individual therapy and family therapy for respectively the child and the biological family; cooperation with school, with the justice department and with the healthcare department (idem: 136);

Nem todos os centros de acolhimento temporário ou lares de infância e juventude funcionam da mesma forma e o seu funcionamento condiciona muito o trabalho que é feito e por sua vez os resultados. Alguns dos aspetos que os condicionam passam por:

...legislation, economy, political ideology, cultural and religious factors, natural disasters, staff qualifications and training, models of care, other community resources, the setting of the residential home, geographical surroundings, diseases or scandals about abuse, the children's problems and those of the families (Courtney, Tolev, & Gilligan, 2009) (cit in Rodrigues et al, 2013: 3).

Segundo estes autores houve uma grande alteração no modelo de intervenção passando-se de um modelo institucional:

...characterized by the predominance of an welfare type of care: homes that housed large numbers of children and employed no or very few specially qualified members of staff; with the sole purpose to meet the most basic needs of the children and young people in care (idem: 4).

para um modelo terapêutico e especializado que defende o "...respect for individual differences and personalized care, and strives for trained caregivers to be able to establish close relationships." (ibidem: 4).

Contudo, quando comparamos o caso de Portugal com o de Espanha vemos que o nosso país não está tão desenvolvido nesta matéria. A título de exemplo, pode referir-se o facto de o número de crianças institucionalizadas ter diminuído a partir de 2004, porém em Portugal ainda está muito acima do de Espanha (del Valle et al, 2013: 11). Em Espanha a intervenção com crianças e

jovens ao nível do seu acolhimento é feita há mais anos do que em Portugal (del Valle et all, 2013).

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens de 1999 “...stipulates that institutional care should be a last resort, to be used for a short a period as possible.” (del Valle et all, 2013: 12).

Desde então que o acolhimento institucional em Portugal tem sido visto “...as part of a child protection system, whose articulation involves an obligation to guarantee a professional response that meets the needs of vulnerable children (Martins, 2005^a).” (idem: 13).

Assim sendo, e como já foi referido anteriormente, o modelo institucional começa a ser cada vez menos comum e tem vindo a ser substituído por “...family-style format, based on small units more akin to a real family home – and often complemented by specialized care...” (ibidem:13). Este modelo familiar é baseado numa filosofia de intervenção que defende o: “...respect for individuality and the principle of normalization.” (idem:14).

Del Valle para além de autor do tão conhecido “DOM Plan” (Desafios, Oportunidades e Mudanças), trabalhou em várias instituições e defende que a intervenção com as crianças e jovens acolhidos deve atender às suas necessidades e especificidades, fala-nos também de como em Espanha já há mais de 20 anos existem vários tipos de instituições: “...apartments of independente living, socialization units, therapeutic units, units for unaccompanied foreign minors, etc.” (idem: 15). Todos estes diferentes tipos de instituições são uma mais-valia para estas crianças e jovens, auxiliando-as nas suas vidas e no seu futuro.

A propósito do modelo terapêutico e do paradigma da especialização, Ward sublinha que:

The purpose of such provisions is to permit a type of intervention that is personalized and helps the youngsters to attain physical, intelectual and moral equilibrium, facilitating their inclusion in the community and their process of social integration in general (Ward, 2006) (idem: 16).

Apesar de tudo, ainda são escassas e inconsistentes as pesquisas nesta área. Del Valle (1992) constata que estas pesquisas são mais focadas nos problemas psicológicos destas crianças e jovens (idem: 16).

Existe, pois uma elevada necessidade de planejar e implementar novos estudos que avaliem não só a eficácia destas instituições, como também de que forma elas estão a atuar. É importante que se respondam às questões: “What works best and for whom? – but without forgetting “How?” and “Why?” (Del Valle at all: 17).

Em Portugal, o sistema de acolhimento institucional é caracterizado por: “a) grande dimensão do universo de crianças e jovens acolhidos; b) longos períodos de permanência em acolhimento; c) baixa mobilidade; d) fluxos de entrada de crianças e jovens no sistema de acolhimento são inferiores aos de saída para o meio natural de vida (PII, 2009, P.14)” cit in Santos, M., 2010: 29).

Têm sido várias as propostas apresentadas para melhorar as condições do acolhimento institucional, passando, sobretudo, por responder à:

necessidade de garantir uma monitorização da intervenção, apoio aos jovens que deve ser promovido no período de pós-institucionalização, investir no trabalho que deve ser realizado com as famílias para facilitar a reunificação familiar, redução do período de acolhimento, melhoria na selecção e qualificação dos recursos humanos, melhoria dos equipamentos e redução da sua dimensão de forma a possibilitar um acompanhamento mais personalizado junto de cada criança ou jovem acolhido, definindo e investindo no seu projecto de vida (SCML, 2004; Gomes, M (Coord.), 2005; Alves, 2007; Quintãs, 2009) (cit in Santos, M., 2010: 29).

O importante aqui não é salientar os pontos negativos ou positivos que o acolhimento institucional traz, mas, sim, como refere Martins (2005):

Os cuidados residenciais devem ser devidamente enquadrados como um dos elementos que integra uma estratégia mais ampla de apoio social à infância. Devem ser perspectivados como unidades de serviços inseridas na comunidade que, conforme as situações, tanto podem desempenhar funções supletivas e

complementares das funções das famílias, como substitutivas, integrando-se em lógicas de intervenção sistémicas com os restantes recursos de protecção. Não constituem uma resposta exclusiva e unimodal, mas podem e devem articular a sua actuação, funcionando em diferentes regimes de intensidade e suporte e níveis de intervenção, conforme a especificidade dos casos” (p.7) (cit in Santos, M. 2010: 35).

2.6 Ligação com o contexto de estágio

Tendo em conta tudo o que foi referido anteriormente, o contexto em que desenvolvi o meu estágio curricular adequa-se a um contexto de acolhimento institucional, que tal como foi referido, “...traduz-se em contextos de prestação de cuidados de base não familiar, de pequena dimensão e de curta ou longa duração” (European Commission Daphne Programme, 2007 cit in Browne, 2009). É um contexto de acolhimento de pequena dimensão, onde o número máximo de crianças acolhidas é de 10 crianças, sendo que, se privilegia um acompanhamento pormenorizado a cada criança. Contudo, a base tenta-se que seja o mais possível idêntica a uma família, daí o nome Casa de Cedofeita. Citando Bronfenbrenner “cada criança precisa de ter um ou talvez dois adultos amorosamente apaixonados por ela” (Brazelton, 2005, p.45 cit in Costa, A. et all, 2014: 13). Assim, o que se pretende com o acolhimento é a “operacionalização de um conjunto de benefícios, afastando-os dos danos que possam já ter sofrido (Martinez et al, 2005; Alves, 2007; Pestana, 2010).” (cit in Carvalho, M., 2013: 17).

Apesar de o objetivo inicial da minha intervenção ser o acompanhamento das famílias das crianças acolhidas, ao longo do meu estágio pude perceber de perto o funcionamento da instituição, bem como, participar no dia-a-dia e nas tarefas da Casa de Cedofeita. Posso, assim, classificar o meu estágio como polivalente, na medida em que não me centrei apenas ao trabalho específico com as famílias, mas pude colaborar nas várias atividades e tarefas da Casa percebendo, muito melhor, como o acolhimento é, apesar de tudo, benéfico para estas crianças.

Na Casa de Cedofeita uma mais valia é o acompanhamento individualizado e pormenorizado que é feito a cada criança e jovem, permitindo, assim, estabelecer uma relação de confiança e de amizade. Sublinho a importância que este fator tem para as crianças e jovens, na medida em que me parecem, sentir-se “em casa”.

O superior interesse da criança, tal como é defendido na Lei de Proteção de Crianças e Jovens, é bastante explícito neste contexto: ir ao encontro das necessidades das crianças. O facto da equipa técnica e educativa da casa trabalharem de “braços dados” é, sem dúvida alguma, uma mais-valia e facilita o trabalho desenvolvido, criando um ambiente acolhedor e propiciador de bons momentos.

Esta reflexão acerca do acolhimento institucional em Portugal, permitiu-me situar a Casa de Cedofeita como um Centro de Acolhimento Temporário que privilegia o trabalho em equipa e o trabalho individualizado com as crianças. As famílias das crianças acolhidas, sempre que possível, são acompanhadas e intervencionadas. O trabalho que se desenvolve com elas é principalmente um trabalho de “educar para” uma vez que a maior parte delas necessita de conselhos e orientações para organizarem a sua vida de forma a que consigam ter o(s) seu(s) filho(s) de volta.

É um centro que já acolheu muitas crianças desde a sua entrada em funcionamento, encaminhando-as, depois, para as suas famílias ou para a adoção por parte de outras famílias. A realidade é que este Centro tem uma mais-valia que é o facto de se situar numa zona central da cidade do Porto, o que lhe permite, trabalhar diretamente com os serviços da comunidade, por exemplo, escolas, creches/ jardins-de-infância, tribunal, segurança social, entre outros.

3º Capítulo

Apresentação e fundamentação teórico-metodológica do projeto de estágio

A selecção do local onde realizei o estágio curricular adveio de uma pesquisa minha e do meu interesse pessoal por estes contextos. Como anteriormente tinha tido contacto com a Casa do Vale, e já tinha conhecimento da Casa de Cedofeita, foi mais fácil estabelecer o contacto com a instituição. Através da Diretora Técnica da altura, coloquei a possibilidade de realizar o meu estágio curricular na Casa de Cedofeita, pelo que contactei a responsável na altura pela Casa.

Em seguimento deste contacto, os serviços administrativos da minha faculdade (FPCEUP) articularam no sentido de elaborarem um pedido formal (Anexo 10) para a realização do estágio.

Após comunicação via e-mail, marquei um dia para me dirigir à Casa de Cedofeita e falar com a minha futura supervisora local. O encontro decorreu no Gabinete de Psicologia da Casa de Cedofeita. As funções da minha supervisora local são as de Assistente Social, sendo que faz o acompanhamento das famílias das crianças acolhidas e trata dos processos das crianças. Logo nesse dia marcamos a data para início das minhas atividades enquanto estagiária.

Para a realização do estágio curricular, inicialmente, tive que fazer uma proposta de um projeto de estágio (Apêndice 1) que iria orientar a minha intervenção. Este projeto foi elaborado tendo em conta a pesquisa de alguns documentos orientadores da instituição.

Como refere Ander- Egg e Aguilar Idáñez: “Si esto es así, la primeira y más urgente preocupación de todo trabajador social en lo que concierne al manejo de las técnicas de planificación, ha de ser la de aprender a elaborar proyectos.” (1995: 9).

Esse mesmo projeto foi elaborado, em diálogo com o meu orientador na FPCEUP, António Magalhães, tendo em conta algumas orientações de alguns autores, no que respeita à temática de projetos, orientações essas dadas ao longo do meu percurso escolar enquanto estudante da Licenciatura em Ciências da Educação e posteriormente do Mestrado em Ciências da Educação. “ ... cuando hablamos de proyecto, aludimos al desígnio, propósito y pensamiento de hacer algo.” (idem: 14).

3.1 As várias fases de elaboração do projeto

Assim, a sequência com a qual este projeto foi elaborado teve em conta uma primeira fase de planeamento da ação. Nesta primeira fase, aprofundou-se o contexto de intervenção, ou seja, o conhecimento da problemática e a identificação da orientação para a minha linha de ação. Esta fase esteve diretamente relacionada, em termos teóricos, com o que Erickson designa como paradigma compreensivo e interpretativo, pois, neste, o investigador tenta perceber o contexto e os modos de agir das pessoas desse mesmo contexto (Erickson,1989:196). Tendo em conta que o trabalho que se pretendia desenvolver valorizava a proximidade com o contexto e a interação direta com os sujeitos-alvo desta intervenção a abordagem compreensiva e interpretativa surgiu como a mais adequada.

Tal como é referido no capítulo anterior, para melhor perceber o contexto de intervenção foi importante convocar alguns conceitos como o de acolhimento institucional, intervenção comunitária, família, institucionalização, entre outros. Para tal a revisão da literatura sobre a temática foi essencial em termos de consolidação de alguns conceitos.

Este paradigma está directamente relacionado com a investigação qualitativa, caracterizando-se esta por:

(i) o seu carácter descritivo; (ii) a valorização do ambiente natural dos fenómenos; (iii) a atitude indutiva (parte-se de dados e não de premissas); (iv) a importância dada ao processo de investigação (por contraposição à valorização exclusiva dos resultados); e (v) a importância primordial do significado (Bogdan & Biklen, 1999).

Passada a fase de conhecimento do contexto e de estabelecimento dos primeiros contactos com os atores do mesmo, passou-se para uma nova fase. Esta foi uma fase planeada em diálogo com a minha supervisora local e com o meu orientador, precisando qual seria o meu papel a nível da intervenção. Inicialmente, as ideias de intervenção eram duas, a primeira seria feita com as crianças acolhidas na Casa de Cedofeita, sendo que o objetivo principal seria o de avaliar de que forma o acolhimento se traduz positiva ou negativamente nas suas prestações escolares. A outra ideia estava mais ligada à intervenção junto das famílias das crianças acolhidas.

Sendo que a minha supervisora local é assistente social na Casa de Cedofeita, e o seu trabalho é o de acompanhar as famílias, o mais indicado pareceu trabalhar em conjunto com ela nesse âmbito.

Esta decisão, contudo, foi tomada numa reunião inicial em que participaram a minha supervisora local e o meu orientador da faculdade Professor António Magalhães. Após esta reunião, reformulei o meu projeto de estágio e tracei exatamente quais seriam os objetivos da minha intervenção (Apêndice 1).

O conceito de campo de Bourdieu (1966), surgiu como útil no âmbito da minha intervenção, dado que valoriza o contacto com o contexto, deixando este “assim de significar um simples e vago pano de fundo e é, antes, definido na sua especificidade, através do conceito de campo literário, regido por leis próprias a esse universo.” (Nunes, 2003: 189).

Na sequência, o meu projeto de intervenção foi revisto tanto pela minha supervisora local como pelo meu orientador da faculdade.

3.2 Técnicas utilizadas

Para a elaboração deste projeto, a abordagem de inspiração etnográfica revelou-se também importante, visto esta estar diretamente ligada com a observação direta das atividades de um dado grupo. Nesta perspectiva, o investigador é o principal instrumento da pesquisa (Neves, 2009), pois é ele quem observa diretamente o contexto e que escreve sobre o mesmo, recolhendo assim dados para a sua pesquisa. A abordagem etnográfica foi importante para o traçar dos meus objetivos de intervenção, visto que me auxiliou a conhecer o contexto de trabalho. A observação participante, tornou-se, assim um dos principais instrumentos de recolha de dados. Esta metodologia está enquadrada no método etnográfico e pretende “estabelecer um lugar em algum contexto natural e por um período de tempo relativamente longo, com o intuito de investigar, experienciar e representar a vida social e os processos sociais que ocorrem nesse contexto” (Emerson, Fretz & Shaw, 2001: 352 *cit in* Magalhães, 2010: 48).

Esta metodologia foi importante para traçar a minha intervenção juntamente com a minha supervisora local visto que, através da observação e mais tarde intervenção feita junto das famílias, pude perceber melhor como se processa todo o percurso desde o acolhimento até ao regresso a casa ou então adoção.

Para além disso as notas de terreno, foram um instrumento privilegiado, através das mesmas fui anotando as descrições dos vários dias de estágio e informações importantes acerca do contexto. Como tal, permitiram-me situar no tempo e nos acontecimentos decorridos durante o percurso de estágio. Essas notas estão, contudo divididas em várias partes, e localizam-se nos apêndices deste relatório. Assim sendo fazem parte das mesmas o apêndice 7, 9, 10 e 11.

Segundo Rogiers (1997) existem várias fases na elaboração de um qualquer projeto de intervenção: o projeto visado, que corresponde à clarificação das intenções que o orientam e o justificam; o projeto-plano, ou seja, a conceção

do plano que o organiza; o projeto-processo, a ação que o irá concretizar e o projeto-produto, ou seja, os efeitos que gera e que se espera que venham a melhorar a situação que esteve na sua origem.

Assim, para a elaboração e posterior execução deste projeto participaram vários interlocutores, sendo que os principais foram a minha supervisora local e os vários técnicos com que contactei diariamente na Casa de Cedofeita.

Em suma, este projeto foi uma forma de orientar a minha intervenção durante os seis meses em que decorreu o meu estágio curricular. Procurei, portanto seguir o que Cortesão, Leite e Pacheco propõem, isto é, estudar em profundidade um problema/situação, que

Distingue-se de uma actividade tradicional e isolada de ensino-aprendizagem pelo sentido que possui, pela intencionalidade que o orienta, pela organização que pressupõe, pelo tempo de realização que o acompanha e pelos efeitos que produz. Ao contrário de uma actividade ocasional, o projecto envolve uma articulação entre intenções e acções, entre teoria e prática, organizada num plano que estrutura essas acções (Cortesão, Leite e Pacheco, 2002).

3.3 Objetivos traçados

Para além de ter sido um guia da minha intervenção durante o estágio curricular, o desenvolvimento do projeto foi também um importante instrumento de reflexão. Permitiu-me responder a uma série de questões que Ander-Egg considera fundamentais na elaboração de um qualquer projeto, sendo elas:

Qué se quiere hacer = Naturaleza del proyecto; Por qué se quiere hacer = Origen y fundamentación; Para qué se quiere hacer = objetivos, propósitos; Cuánto se quiere hacer = Metas; Dónde se quiere hacer = Localización física y cobertura espacial; Cómo se va hacer = Actividades y tareas y metodología; A quiénes va dirigido = destinatários o beneficiários; Quiénes lo van a hacer = Recursos humanos; Con qué se vá hacer = Recursos materiales y se va a costear = Recursos financeiros (Ander-Egg & Idáñez, 1995: 20).

Como se sabe, quando se traçam objetivos iniciais de um qualquer projeto de intervenção, nem sempre esses objetivos são cumpridos rigorosamente. Por vezes, têm que ser ajustados e adequados ao dia-a-dia e como se trata de uma casa de acolhimento as rotinas interferem sempre na planificação de alguns aspetos.

Este projeto pode dizer-se que foi orientado para a transformação dos sujeitos e dos contextos em que estão inseridos, como defende Bolivar (2003), na lógica do “trabalhar com”. De facto, no traçar dos objetivos foram tidos em conta a participação e o envolvimento ativo das famílias. Claro que nem todas participaram como era esperado, contudo, houve empenho de uma das famílias e conseguiu-se trabalhar com a mesma, envolvendo-a em algumas questões e responsabilidades em relação a rotinas e horários.

Poderá, assim, referir-se que todo este projeto foi bastante importante para o meu estágio curricular, permitindo guiar-me ao longo de todo o meu percurso. A elaboração de projetos desta índole é sempre uma mais-valia e um ponto a nosso favor e da instituição que nos acolhe. Facilita muito a definição e o acordo e a transparência em relação à qual o nosso papel enquanto estagiárias(os). No decorrer do processo foi importante a leitura de alguns documentos, como é o caso do Regulamento Interno (Anexo 1) que identifica claramente quais são os direitos e os deveres dos estagiários(as).

É também importante que à chegada à instituição nos apresentemos e nos demos a conhecer. Na minha experiência pessoal tudo isso permitiu-me uma abertura e um bom relacionamento com toda a equipa e com todas as crianças acolhidas.

4º Capítulo

Indicação, descrição e análise do trabalho desenvolvido

Tal como referido anteriormente, iniciei o meu estágio curricular em Outubro de 2014. Ao longo do mesmo desenvolvi várias atividades que passo a enunciar de seguida, devidamente divididas por secções.

4.1 Consulta e análise de documentos

Nas primeiras semanas de estágio ocupei-me, essencialmente, da consulta de documentação referente à instituição.

Através da consulta de documentação pude perceber melhor como é organizada a instituição e quais documentos que a regem. Consultei o Regulamento Interno, o documento Missão, Visão e Valores, os vários processos das crianças e dossiers referentes ao trabalho feito com as famílias.

Numa primeira fase, consultei, o Regulamento Interno da Casa de Cedofeita que é um documento central, pois é nele que constam as normas do funcionamento da Casa. De realçar que aí são explicitados os objetivos específicos da instituição, a descrição da equipa técnica e da equipa educativa, os direitos e deveres que cada um deve ter, inclusive as crianças, as famílias, o diretor, os técnicos, os educadores, os estagiários e os voluntários (Anexo 1).

Para além de todos estes aspetos, um dos capítulos do Regulamento Interno identifica os passos e as normas do processo de admissão das crianças. Todo este processo é importante para identificar como se processa o acolhimento desde a entrada da criança na instituição até à sua saída. As normas de

funcionamento são, também elas, descritas neste documento contendo os horários de deitar, de levantar, das refeições, dos encontros com as famílias, dos contactos telefónicos, do estudo e das atividades lúdicas e desportivas.

Todos estes aspetos foram importantes para conseguir perceber melhor como funciona a Casa de Cedofeita. Contudo, de maior importância foi a participação nas rotinas da casa, como procurarei argumentar adiante, onde pude ver a implementação e o desenvolvimento de todos os aspetos descritos no Regulamento Interno.

Outro dos documentos que consultei foi o “Missão, Visão, Valores” (Anexo 8). Neste, é identificado o objetivo central desta instituição, ou seja, o que defende e o que pretende com o acolhimento. É neste documento que se baseiam alguns panfletos sobre a instituição, que são distribuídos e onde é apresentado o objetivo desta instituição e identificada a sua sede, a Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (APDMF).

A APDMF orienta-se pelo ideal de “inclusão dos mais frágeis” (Apresentação Casa: 2). Esta meta é um ponto de partida para o trabalho que é feito na Casa, que é de inclusão e acompanhamento das crianças que se encontram acolhidas. Segundo dados de 2007 até à data de 09/11/2007 tinham sido acolhidas 133 crianças, (Apresentação Casa: 4) até então este número foi aumentando gradualmente.

Apesar do aumento do número de acolhimentos, a filosofia de base e o acolhimento de apenas 10 crianças continua o mesmo, com base na assunção de que a intervenção deve ser feita com um número reduzido para que surta efeitos positivos desejáveis.

Para além destes dados retirados do enquadramento e objetivos da instituição no ano de 2007, pode referir-se que também neste ano apuraram-se quais os tipos de encaminhamento que são feitos a estas crianças destacando-se, em primeiro lugar, a família biológica, em seguida, a adoção nacional, depois a família de acolhimento, e, por fim, a passagem para outra instituição (Apresentação Casa: 6).

Desde a sua abertura que o investimento no trabalho com as famílias tem crescido. Este trabalho passou por formações para a aquisição de competências que lhes permitam assumir a tempo inteiro os seus filhos, incluindo, reuniões formais e informais com as famílias, ações de formação sobre a participação das famílias em algumas rotinas da Casa e o apoio psicológico aos intervenientes. Este trabalho assumiu que, ao transmitir aos progenitores formas mais adequadas de atuação junto dos seus filhos, pode potenciar capacidades que se julgavam inexistentes.

Ao consultar o dossier referente ao trabalho feito com as famílias até ao momento, pude perceber que muitas atividades e ações tinham sido desenvolvidas. No ano de 2003, surgiu um grupo de trabalho com as famílias que adveio da iniciativa conjunta da Casa de Cedofeita, da Junta de Freguesia de Cedofeita e da Associação de Pais da Escola da Torrinha. Este grupo permitiu que se trabalhassem temas como a autoridade na família e as relações familiares e, para além disso, foi dada ênfase à comemoração de algumas efemérides, como o Dia Internacional da Família (15 de Maio) e o Dia Internacional dos Direitos da Criança (20 de Novembro).

Após a consulta destes dossiers passei para os processos de cada criança acolhida. Nestes dossiers encontra-se organizada toda a informação referente ao antes e depois do acolhimento.

A organização dos processos é feita de acordo com o modelo SERAR, Sistema de Avaliação e Registro do Acolhimento Residencial. O processo é organizado a partir das entradas: 1-Contatos úteis; 2- Ficha de Processo de Admissão (cópia boletim nascimento; bi/cartão cidadão) documento sinalizador da admissão (assinalado pela entidade e pela entidade responsável pelo acolhimento); 3- Registo cumulativo: A- Dados pessoais relativos ao caso; B- Contexto familiar; C- Contexto Institucional; D- Contexto Escolar; E- Contexto Comunitário; F- Saúde. Histórico e Acompanhamento; G- Informações jurídicas; 4- PEI; 5- Outros.

Este modelo pretende ser um trabalho sistemático para o acolhimento residencial e é baseado numa “...concepción teórica basada en el aprendizaje

social y, concretamente, en la línea del trabajo elaborado por Fernández-Ballesteros y Statts (1992).” (Del Valle et Arteaga, 2007: 14).

Como foi referido anteriormente, este modelo destaca três pontos cruciais: registo cumulativo, projeto educativo individualizado e a informação de seguimento.

O registo cumulativo é: “un documento diseñado para registrar la información más importante del niño/a, tanto por lo que respecta a sus antecedentes, como a las incidências y acontecimientos relevantes que vayan ocurriendo a lo largo del acogimiento residencial.” (ibidem: 14). Os vários contextos enunciados anteriormente fazem, todos eles, parte do registo cumulativo.

O projeto educativo individualizado, por seu turno, “pretende ordenar la programación y la evaluación que los educadores realizan sobre cada niño/a” (idem: 43).

O objetivo da informação de seguimento “es establecer un modelo de información que cumpla con, al menos, dos características esenciales: la exhaustividad, de modo que no existan parcelas de información olvidadas; y la coherencia, en cuanto que el informe asume un modelo de intervención basado en los proyectos educativos individualizados, y por tanto revisa el cumplimiento de los objetivos que se están trabajando para cada niño/a.” (idem: 76).

Consultei todos os processos das várias crianças acolhidas de onde retirei vários apontamentos de cada um (ver Apêndice 2). Dos vários processos salientei o do A que foi o da família que acompanhei (ver Apêndice 3).

A consulta destes processos decorreu em vários dias, pois cada um dos processos tem informação sobre as várias etapas do acolhimento, que é importante ter em atenção. Apesar de a consulta dos processos ter sido feita no início do meu estágio, ao longo do mesmo fui consultando-os, nomeadamente, quando havia dados novos. Por exemplo, quando é decretada uma nova medida pelo tribunal, prorrogação da medida de acolhimento ou prorrogação da adoção, é importante, voltar a consultar o processo para estar a par de tudo o que de novo foi nele incluído.

Pude assistir a vários tipos de processos (ver Apêndice 2). Acompanhei um processo em que a criança foi para a adoção internacional, esta medida é aplicada quando após um determinado período de tempo não se assiste a mudanças em termos de adoção nacional, ou seja, não há casais interessados naquela criança. Este foi um caso especial, pois o S, antes da adoção internacional, já tinha passado por um processo de adoção que não correu como era esperado. Assim, regressou à casa e só depois de algum tempo é que se conseguiu novo casal para ele.

Pude também acompanhar um caso de fuga da mãe com a criança, uma mãe adolescente, que no meio de uma visita levou a filha com ela, sem que ninguém se tivesse apercebido da sua saída. A fuga durou apenas o fim-de-semana, pois a polícia conseguiu encontrá-la. Este acontecimento levou a que as visitas fossem canceladas tanto para a mãe, como para a avó e avô, que também estiveram envolvidos na fuga.

Sublinho que alguns dos restantes casos já estavam acolhidos há já algum tempo, tendo sido atrasados devido a procedimentos jurídicos. A Casa de Cedofeita acolhe temporariamente crianças, contudo, este “temporariamente”, por vezes, prolonga-se umas vezes devido ao enunciado anteriormente, outras vezes quando se trata de casos de fratrias para que os irmãos não sejam separados. Exemplo disto é o caso da J e da L, duas irmãs que estão acolhidas desde 2012, um caso que tem vindo a ser arrastado ao longo destes anos e que já é o segundo acolhimento na Casa de Cedofeita. Primeiramente, foram acolhidas temporariamente e regressaram a casa e posteriormente voltaram a ser acolhidas. Este caso é mais complexo devido a serem duas irmãs, pois neste momento em Portugal é difícil conseguir casais interessados em adotar duas meninas e em que uma delas tem uma idade já elevada (ISS - CASA: 39).

Para além da análise dos processos e dos documentos, fiz também pesquisa sobre a intervenção feita com as famílias na Casa, nomeadamente intervenções feitas anteriormente e por outros profissionais e estagiários. Pude consultar o projeto “Nós e os Laços”, que aborda a temática da intervenção

parental, e também o manual técnico do mesmo elaborado por Elva Delgado Martins (2013).

Este manual, instrumento deste projeto, assume que o sistema familiar se divide em subsistemas (individual; conjugal; parental; fraternal), que definem os limites fundamentais para o desenvolvimento da família e dos indivíduos, bem como as funções que competem a cada um.

O subsistema individual é constituído pelo indivíduo que, para além do seu envolvimento no seio do sistema familiar, desempenha, também, funções e papéis noutros sistemas (Martins, E. 2013: 5).

O subsistema conjugal é constituído pelo casal, que implica alguma perda em individualidade e um ganho em sentimento de pertença, complementaridade, cooperação, simbiose, reciprocidade e competição, o que não significa perda de respeito pelo outro ou pelas suas opiniões (ibidem).

O subsistema parental tem como funções essenciais o apoio ao desenvolvimento e crescimento das crianças com vista à sua socialização e autonomia/individuação o que implica que possua a capacidade tripla de nutrir, guiar e controlar (ibidem).

O subsistema fraternal é constituído pelas relações intensas e duradouras entre irmãos, que jamais se anulam, e tem funções específicas no que diz respeito ao “treino” de relações entre iguais (ibidem).

Segundo a autora, as famílias podem ainda dividir-se em abertas e fechadas, conforme correspondam, respetivamente, a movimentos centrífugos a família e os seus membros movem-se de dentro para fora abrindo-se ao exterior e a movimentos centrípetos, ou seja, a família fecha-se sobre si mesma (Martins, E. 2013: 6). Sublinha-se também, no referido manual, que a família tem duas funções cruciais: Interna e Externa “A família tem como funções primordiais o desenvolvimento e a proteção dos seus membros (função interna) e a socialização, adequação e transmissão de determinada cultura (função externa)” (Minuchin, 1979 cit in Martins, E. 2013: 6).

A leitura deste manual permitiu-me aprofundar o meu conhecimento sobre a temática das famílias, nomeadamente, sobre os vários sistemas que a compõem.

Em termos de aplicação prática durante a minha intervenção, foi importante no planejar dos objetivos e na análise do caso da família com que trabalhei.

4.2 Atividades burocráticas

Atualizei informações nos vários processos das crianças, nomeadamente, informações relativas às visitas e a mudanças ocorridas, por exemplo, mudança de técnicos encarregues de casos, sendo necessário atualizar os dados do novo técnico bem como os seus contactos.

Pude atualizar consultas médicas das várias crianças, tirei algumas fotocópias e atualizei alguns processos.

Particpei em todos os assuntos que me foram propostos, nomeadamente pedidos de documentação à segurança social, ajuda na organização dos vários dossiers, tanto das crianças, como dos relativos a assuntos da Casa, tratamento de recibos de despesas, depósitos de donativos no banco, acompanhamento de algumas crianças a alguns eventos, nomeadamente reuniões de escola. Este trabalho foi de elevada importância, pois tal como é referido no documento Orientações para a elaboração do presente Relatório de Estágio, um dos objetivos é que o/a estagiário/a: “b. Adquira experiência organizacional segundo a área de especialização do domínio”, (Anexo 2 Pág. 4) sendo que este é um dos pontos que se pretende que o estudante atinga.

4.3 Atividades de colaboração com os profissionais da casa

Para além da consulta e análise de todos os documentos enunciados anteriormente, grande parte do meu trabalho foi também de encontro ao trabalho feito na instituição pela equipa técnica. Desde cedo que me deram à vontade para me envolver em trabalhos de índole mais profissional.

Para além deste trabalho participei nas rotinas da Casa sempre que foi necessário, participando e envolvendo-me ativamente nas várias tarefas e com todos os profissionais que lá trabalham. Além de uma forma de colocar em prática o meu conceito de intervenção, este é também um exemplo de uma concretização de outro dos pontos do documento Orientações para a elaboração deste relatório, desta vez referente ao que o/a estagiário/a: “d. Tenha oportunidade para desenvolver competências ao nível da relação interpessoal.” (Anexo 2 pág. 4).

Pude também acompanhar uma das meninas a uma reunião na escola cujo objetivo era dar a conhecer uma nova modalidade desportiva, o voleibol, e ver quem é que estava interessado em participar. Através desta ação senti que depositavam confiança em mim, pois se assim não fosse não tinham autorizado que acompanhasse a menina a esta reunião. Foi bastante importante para mim e para ela, pude sentir que gostou que fosse com ela.

Após ter terminado a consulta dos vários processos das crianças, e retiradas todas as notas necessárias, esclareci algumas dúvidas com a minha supervisora local que me explicou mais profundamente alguns casos.

Após a fase de consulta de documentos, pude também conhecer o espaço onde, supostamente, iríamos realizar as reuniões com as famílias, a casinha de madeira que se encontra perto do jardim da casa. Organizei as atividades referentes ao Dia Mundial dos Direitos da Criança – 20 de novembro, que visavam tanto as famílias que, no momento, estivessem a visitar como as crianças. Para as famílias, elaborei uma pequena apresentação com imagens alusivas aos vários direitos, fiz panfletos para que pudessem levar e ainda um jogo de questões sobre o tema (ver Apêndice 4). Para as crianças, a ideia era ser algo com que elas brincassem, por isso fiz uma espécie de jogo de tabuleiro, em que cada casa representava um dia, tendo elas que o pintar da forma que mais gostassem (Apêndice 13). Este dia 20 de novembro de 2014, foi o primeiro em que estabeleci um contacto com as famílias. Inicialmente, perspectivámos que fossem duas famílias que viriam para a atividade, mas, depois, acabou por ser

apenas a família do A. Correu tudo conforme esperado e a atividade foi de encontro aos objetivos propostos (ver Apêndice 4).

Particpei na elaboração de convites para o dia de São Martinho e para o aniversário da Casa e fiz também um bolo e uma mousse para a festa, com a ajuda de uma voluntária do Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD). Fui várias vezes às compras para a Casa com uma das Educadoras, conduzi eu a carrinha e ajudei nas compras. Auxiliei com os donativos que iam sendo entregues à Casa, nomeadamente com a sua triagem e posterior arrumação.

Fui também, várias vezes, à Segurança Social entregar e solicitar documentos relativos às crianças. Todas essas idas fizeram com que criasse empatia com algumas das funcionárias que lá trabalham que começaram a conhecer-me de tantas vezes que lá fui. Nestas idas à Segurança Social, é importante salientar, que me fazia sempre acompanhar de uma declaração feita pela Diretora Técnica da Casa de Cedofeita, que me autorizava a entregar e solicitar qualquer documento relativo às crianças acolhidas na Casa de Cedofeita.

Elaborei crachás de identificação para todos os funcionários e voluntários da Casa, crachás que têm o nome de cada um e que são úteis para que as pessoas de fora consigam identificar com quem estão a falar (ver Apêndice 14).

Pude também estar a par dos vários relatórios enviados e recebidos pelo Tribunal de Família e Menores do Porto em relação às várias crianças.

Colaborei na elaboração de uma das partes do Relatório de Atividades de 2014, relatório esse que tem que ser entregue no final de cada ano, normalmente no mês de janeiro, na sede em Lisboa. Neste trabalho, participei na elaboração de uma tabela indicando as crianças que foram acolhidas no ano de 2013 e 2014, o número do processo de cada uma, qual a medida aplicada e uma breve descrição do caso. Para além desta tabela, recolhi informação, também para o relatório, sobre os estágios curriculares e profissionais que tinham decorrido e sobre as formações em que os técnicos participaram agrupando-as numa tabela.

Pude também conhecer as instalações do Tribunal de Família e Menores do Porto numa visita com a minha supervisora local.

4.4 Atividades de formação da casa

Participei na formação interna da Casa de Cedofeita, que foi feita em colaboração com a Casa do Vale e que se realizou nesta última. É uma formação que decorre todos os anos e em que a equipa é dividida por vários grupos e cada grupo tem um tema de trabalho, tema esse que é depois apresentado no dia da formação. O objetivo principal desta formação é dar a conhecer aos vários técnicos e auxiliares que trabalham com as crianças, várias temáticas associadas aos jovens e crianças que estão acolhidas, temáticas essas que muitas vezes têm que lidar no dia-a-dia. Foi muito importante poder participar nesta formação e sentir-me parte integrada da equipa (ver Apêndice 5).

Tive a oportunidade de participar num Workshop da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar intitulado “Acolhimento Institucional - como intervir sem piorar?”, onde apresentei um caso de uma das crianças acolhidas. Foi uma experiência bastante gratificante e que me fez perceber como está o acolhimento institucional em Portugal, nomeadamente nas várias instituições que foram faladas ao longo do Workshop (ver Apêndice 6).

Participei num Workshop no Hospital CUF Porto intitulado de “Para Mamãs e Papás” (ver Apêndice 8), acompanhando a mãe do A e foi uma experiência muito enriquecedora. Pude perceber melhor alguns cuidados a ter durante e após a gravidez e os profissionais que falaram foram todos muito explícitos a passar a informação. A mãe do A gostou e mostrou-se interessada.

Participei também numa ação de formação sobre o *bullying*, realizada na Escola Rodrigues de Freitas, que é ao lado da casa, dada por dois agentes da PSP do Porto.

4.5 Atividades e rotinas da casa

Participei no jantar de Natal da Casa, onde pude conviver com todos os técnicos que lá trabalham e com os vários voluntários. Foi muito bom ter participado neste jantar, pois ficaram todos a conhecer-me melhor.

Fui também à Casa do Vale entregar algumas coisas e buscar alguns bens alimentares que tinham a mais, passei também no Continente para comprar água para a S, visto que ela só bebe água Monchique e não há em todos os hipermercados.

No que se refere às atividades da casa, participei sempre que necessário na arrumação e limpeza da cozinha, no colocar da mesa para o almoço e, a colocar roupa a secar, a lavar e a encartar.

4.6 Atividades de intervenção com as crianças

Apoiei uma das Educadoras com os *books* de vida das crianças. Os *books* são uma espécie de um livro que se faz sobre cada criança, onde coloca algumas fotografias deles e os principais passos do seu crescimento para que no dia em que regressar a casa ou forem para uma nova família possam levá-lo consigo. Estes *books* são feitos a computador e todos eles obedecem a um padrão (ver Apêndice 6).

Acompanhei algumas crianças a consultas médicas, nomeadamente ao dentista, psicólogo, terapias e a S ao Hospital São João para fazer análises.

4.7 Atividades de intervenção com as famílias

No dia 2 de dezembro de 2014 participei, pela primeira vez, numa reunião com a família de uma das crianças. Esta foi a única família que acompanhámos e trabalhamos durante o meu estágio. Tal como referi anteriormente, esta família foi a única que se mostrou disponível e acessível para receber o nosso acompanhamento.

Nesta primeira reunião apenas me ocupei em ouvir a minha supervisora local com as suas questões e os pais da criança, e não fiz nenhum tipo de intervenção. Esta reunião foi uma espécie de iniciação, na medida em que foi dada aos pais a possibilidade de modificarem alguns aspetos no que diz respeito às visitas ao seu filho.

Para melhor entender o caso da família acompanhada é importante ler o Apêndice 3, que descreve o processo desta criança e da sua família. Na reunião, foram traçados vários objetivos iniciais que os pais se predispuseram a cumprir (ver Apêndice 7).

Após esta primeira reunião, a minha supervisora local explicou-me como deveria fazer o registo da mesma, quais os aspetos a salientar e qual a forma de escrever que é privilegiada. Aconselhou-me, também, que consultasse os registos anteriores e verificasse como normalmente são feitos esses registos.

A partir deste dia, fiquei encarregue de fazer todos os registos das várias reuniões que foram decorrendo ao longo do meu estágio. Para além das reuniões com os pais foram feitas algumas em conjunto com a avó e outras apenas só com a avó ou só com os pais.

Fiz também várias visitas domiciliárias com a minha supervisora local a casa dos pais e da avó. Como se pode verificar através da leitura das notas de terreno (Apêndice 11), estas visitas eram todas elas propositadas, isto é, tinham todas algum objetivo. Ao fazê-las, conseguimos perceber de perto como a família se está a organizar, quais as condições da habitação, entre outros aspetos. No fundo, o que se pretendia com estas visitas era perceber de perto se houve mudanças e, no que toca à família em questão, essas mudanças irão ser fulcrais para que o regresso do A a casa seja concretizado com sucesso.

Tive também a oportunidade de participar numa reunião na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Porto Central, reunião essa com a técnica responsável pelo caso da família do A, que estávamos a acompanhar. Foi bastante interessante participar nesta reunião e verificar de perto como se processa a prorrogação da medida de acolhimento institucional (ver Apêndice 9).

Focando-me no trabalho desenvolvido de acordo com o meu projeto inicial posso dizer que esse foi concretizado em várias etapas. Como já explicitiei, o acompanhamento das famílias foi uma opção feita mediante a minha orientadora ser a assistente social da Casa de Cedofeita. Assim, fez mais sentido fazer um trabalho o mais perto possível do dela e optei, em coordenação com o meu orientador, pelo acompanhamento e intervenção no âmbito das famílias das crianças acolhidas.

Como referi anteriormente, foi apenas uma a família com a qual pude contactar e intervir, sendo que o primeiro contacto com a mesma foi no dia 20/11/2014. Este primeiro contacto, foi uma forma de eles me conhecerem e de me dar a conhecer, uma espécie de quebra-gelo.

Importa referir, como enquadramento, que a família do A é uma família com alguns problemas económicos e de saúde, por parte do pai, e também atender a tudo o que aconteceu antes do seu acolhimento e que deu origem ao seu acolhimento. O A foi sinalizado pela CPCJ do Porto Central por ser uma criança que estava a viver em casa dos pais, mas com um nível elevado de isolamento. Como é possível verificar através dos apêndices correspondentes à descrição do caso, o A estava com um nível de desenvolvimento abaixo da média e com muitos atrasos a outros níveis.

Para além de todos estes problemas, a família do A é uma família com falta de rendimentos, vivendo os pais ao abrigo do Rendimento Social de Inserção sendo a avó o elemento base desta família (ver Apêndice 3).

A intervenção junto desta família aconteceu de várias formas, mas sempre com o auxílio da minha supervisora local. Através do apêndice 10, intervenções com a família, pode verificar-se quais os dias em que decorreram essas intervenções e, no apêndice 7, referente à descrição das reuniões com a família o que se abordou nessas intervenções.

Em termos jurídicos, quando o A. entrou para a Casa no dia 14/04/2014, a medida decretada foi o acolhimento institucional por seis meses, contudo, ao final desses seis meses, a medida foi prorrogada por mais quatro meses e, no final dos quatro meses, voltou a ser prorrogada por mais quatro meses.

Ao longo deste tempo houve evoluções na família e sobretudo em A. Desde a sua entrada na Casa de Cedofeita que foram vários os aspetos em que melhorou, desde o sentar “direito” na mesa, ao comer com garfo e faca e ao controlar o seu comportamento e impulsos. Verificaram-se muitas evoluções positivas no A, tendo na minha perspetiva, a maior parte delas a ver, com o facto de a Casa ter um ambiente estruturado e com regras.

Ao analisar o processo do A, pude constatar que grande parte dos seus atrasos de desenvolvimento tinham a ver com o facto de ter passado os seus primeiros anos fechado em casa, sem conviver com muita gente e com um ambiente totalmente desestruturado e sem regras. Aliás, como se pode verificar na descrição feita no Apêndice 3 sobre a família do A, percebe-se que é uma família que apresenta várias dificuldades não só ao nível económico, e como já foi referido, mas também ao nível das relações familiares e da própria educação de A.

Desde a sua entrada na Casa de Cedofeita que se perspetivou, como projeto de vida do A, o regresso a casa da avó. Como se pode verificar através da leitura das descrições das visitas e reuniões com os pais e avó (Apêndice 7), a avó é um elemento essencial nesta família. Sem ela, todo o trabalho que fizemos e que perspetivámos seria em vão, pois, de facto, é ela o grande suporte desta família.

Em termos do trabalho desenvolvido com a família, para além das reuniões com os pais e a avó, pude também acompanhar a mãe a um Workshop, realizei um livro sobre a gravidez (ver Apêndice 12) para a mãe do A, acompanhei o A em algumas das terapias do *Getting It*¹. Seleccionei atividades para o A realizar em casa e ainda fiz algumas visitas domiciliárias juntamente com a minha supervisora local.

Todas estas intervenções e atividades em que participei foram muito importantes para o traçar dos objetivos ao longo da minha intervenção. Assim,

¹ *Getting It* – centro de pediatria e desenvolvimento que reúne um leque variado de especialistas que trabalham com crianças com perturbações do neurodesenvolvimento ou problemas de comportamento e das suas famílias.

este traçar de objetivos foi feito durante o processo de acompanhamento da família, isto é, no decorrer das várias visitas e reuniões, em conjunto com a minha supervisora local, foram delineados os aspetos que seriam relevantes ressaltar e aperfeiçoar em temas de trabalho com a família. A título de exemplo, um dos aspetos importantes foi o livro da gravidez. De facto, quando descobrimos que a mãe do A estava grávida ficamos surpresas. Através deste livro foi possível trabalhar com ela aspetos como os cuidados a ter com a alimentação durante a gravidez, os cuidados a ter depois da gravidez e as várias etapas de desenvolvimento do bebé durante a gravidez e após o nascimento. Este livro funcionou como uma espécie de guia para a mãe.

Durante todo o período em que esteve acolhido, o A recebeu sempre visitas dos pais durante a semana e foi sempre passar o fim-de-semana a casa. Para além disso também passou as férias de Natal, Carnaval e Páscoa em casa.

O objetivo principal do trabalho desenvolvido com os pais foi o de verificar até que ponto estavam disponíveis, recetivos, consciencializados e organizados para voltarem a receber o A em casa. Claro que com a gravidez da mãe do A, as coisas complicaram-se um pouco, pelo que a medida no final dos quatro meses da primeira prorrogação foi prorrogada novamente. Acreditávamos que ainda existiam aspetos a melhorar e que era importante para o A não voltar para casa a meio do ano letivo, até porque durante o seu acolhimento na Casa de Cedofeita criou rotinas e atividades que não deveriam ser quebradas de um momento para o outro. Após uma conversa com os pais e a avó, estes também concordaram em que o melhor para o A seria perspetivar o seu regresso para o final do ano letivo e após o irmão nascer. A ideia inicial seria o A regressar para casa antes do irmão nascer para não sentir o choque de ele não estar em casa. Contudo, chegou-se à conclusão que, no momento em que a mãe for para a maternidade, o A não poderá ficar sozinho, pelo que se acordou ele regressar apenas no final do ano letivo.

Ao longo da prorrogação da medida por mais quatro meses, foram postos em prática atividades visando novos objetivos. Nomeadamente procurámos modificar algumas rotinas do A para que pudesse passar mais tempo em casa.

Assim, após a reunião com a técnica da CPCJ encarregue do processo do A, decidimos pôr em prática novas rotinas. Essas novas rotinas passaram por responsabilizar os pais por irem levar o A à escola todos os dias e, no final do dia, o irem buscar. Passaram também a levá-lo no final da escola para passar mais tempo em casa e regressar no final do dia, antes da hora do jantar. Para além disso, insistimos com a mãe sobre a importância de acompanhar o A nas consultas médicas e também nas terapias, contudo este acompanhamento não foi totalmente concretizado, sendo a justificação que não tinham dinheiro suficiente para dispensar nas viagens de autocarro.

Para além do acordo feito com os pais, o próprio A foi informado de tudo e do que iria acontecer e de que forma os “adultos” se estavam a organizar para que ele voltasse para casa. Esta conversa adveio não só da curiosidade do A em perguntar várias vezes quando iria voltar para casa, mas também por ser importante para ele saber da situação e como todos queremos o melhor para ele, e que ele volte para casa.

No fundo, o que a equipa da Casa pretendeu foi verificar até que ponto os pais estavam “capazes” de se organizarem pelo seu filho.

Em termos destas alterações nas rotinas, os resultados surgiram como positivos, tendo chegado os pais sempre a horas e a mãe participado nas várias consultas médicas que foram decorrendo. O único aspeto que não se concretizou como era esperado foi nas terapias do A, em que queríamos que fossem os pais a fazer o acompanhamento, como já disse, pesaram as dificuldades económicas da família.

Para além disso, ao longo deste período, foi possível verificar várias mudanças no A. Manteve-se mais calmo, sem fazer tantas perguntas e com um comportamento muito diferente do habitual. A. fez sempre questão de mostrar a sua preocupação e entusiasmo com o novo irmão. Para estas mudanças, na minha perspetiva, contribui o facto de que lhe foi sempre explicado o que estávamos a fazer e como queríamos que ele voltasse para casa. Foi importante para ele perceber que não está “esquecido” e que todos queremos o melhor para ele.

Em termos de aprendizagem escolar também fez alguns progressos, mostrando-se mais concentrado e empenhado nas tarefas que lhe davam e na escola.

Ao longo das intervenções que íamos tendo com a família fomos sempre acentuando a importância dos pais, e mesmo da avó, explicarem ao A o nascimento do irmão, ao ponto de ele se sentir parte integrada. Foi importante, também irem-lhe dizendo que o irmão será tão importante como ele e que não o irá substituir.

Contudo, apesar de todas estas etapas que têm vindo a ser cumpridas existem alguns obstáculos que é importante salientar.

Em primeiro lugar, e um dos mais importantes fatores, são os fracos rendimentos económicos desta família que, sem a ajuda da avó, não conseguiriam ter uma casa e alimentação como têm. Por outro lado, o desemprego de ambos os pais, que vivem os dois com o RSI, é outra preocupação, na medida em que, com a chegada do irmão, as despesas irão aumentar e, depois, mais tarde, com o regresso do A a casa também será mais uma situação com a qual terão que lidar.

Em segundo lugar, preocupa-nos saber até que ponto se irão conseguir organizar, após o nascimento, para cumprirem com as rotinas do A até então estabelecidas. Motivo este que nos leva, mais uma vez, a achar a melhor altura para o regresso depois do nascimento e no terminus do ano letivo, para termos tempo de verificar se, de facto, conseguem organizar-se.

Outro obstáculo que se poderá apontar no trabalho desenvolvido é o facto de, inicialmente, a mãe ter apresentado alguma resistência em termos das indicações que lhe íamos dando. Contudo, passado algum tempo a mãe acabou por seguir as nossas indicações e mostrou-se interessada em modificar alguns aspetos para o “bem superior” do A.

Ao longo das dezassete reuniões (ver Apêndice 7) que fomos tendo com a família, fomos apercebendo-nos de mudanças que se foram notando, nomeadamente na preocupação que foram demonstrando com o A e em envolverem-se mais na vida do seu filho.

4.8 Possibilidades e constrangimentos institucionais

Ao longo do meu estágio pude aperceber-me como, por vezes, as questões burocráticas atrasam todo um processo e como, muitas vezes, estas crianças ficam sujeitas ao acolhimento prolongado devido a esses atrasos. A título de exemplo, poderei referir o caso de uma fratria que, se entretanto não aparecer casal interessado em adotar ou apadrinhar essas duas meninas, o mais provável será que o seu projeto de vida passe a ser o acolhimento prolongado num lar “temporário”.

Contudo, a Casa de Cedofeita e a sua equipa trabalham diariamente para que estas crianças não passem por isso e consigam o mais rapidamente possível ser integradas em famílias de acolhimento.

Toda a equipa educativa e técnica tem uma relação de grande proximidade, não é por acaso que acolhem apenas dez crianças. Esse acolhimento em número reduzido permite que o trabalho e a relação entre eles sejam de grande empatia e carinho. A título de exemplo, poderei referir a despedida da psicóloga da Casa, a que pude assistir. Nesta despedida algumas crianças choraram por ela ir embora. Para eles/as, todas estas pessoas são de grande importância, no fundo são elas a sua família durante o tempo que estão acolhidos.

Outra situação que pode ser referida, ainda relacionada com o estabelecimento de uma relação de grande proximidade, é a ida a consultas médicas de várias especialidades. Estas consultas são sempre momentos de grande partilha e de grande à vontade entre as crianças e o técnico/a que a acompanha, aliás todos eles adoram ir a estas consultas. Ao longo do meu estágio pude acompanhar as idas a algumas destas consultas, nomeadamente de dentária, psicologia, terapias e de rotina, e verifiquei como realmente é um momento que eles apreciam e de elevado valor para essas crianças.

Toda a organização e rotinas da Casa permitem que, uma vez mais, seja reforçado o ambiente de família, mas é, claro que existem sempre algumas

contradições a este “ambiente familiar” que se tenta proporcionar. Alguns exemplos dessas contradições são o elevado número de cuidadores e de voluntários e estagiários que a Casa recebe todos os anos. As crianças vêm-se sujeitas a lidar com muitas pessoas diferentes nas suas vidas, o que dificulta o processo de vinculação.

Contudo o elevado número de cuidadores/as é algo indispensável na medida em que estes trabalham por turnos e para assegurar todos os turnos, todos eles/as são necessários.

Os voluntários e estagiários representam um dos valores defendidos pela CrescerSer, o de: “Promover a abertura à comunidade e contribuir para o desenvolvimento Social”, ou seja, é uma Casa que desde sempre abriu as suas portas para receber todos os que quisessem apoiar, contando que essa ajuda iria de alguma forma beneficiar a Casa e as crianças lá acolhidas. Por outro lado, os estagiários são também uma mais-valia, pois permitem o “passar cá para fora” de uma visão da Casa e do seu funcionamento, o que muitas das vezes vem contribuir, na medida em que angariam conhecimentos, donativos e ajudas, todas elas importantes. Para além disso conseguem ser o colmatar de algumas falhas que possam vir a existir durante a sua estadia.

Na minha visão, enquanto estagiária na Casa de Cedofeita, acho que participei e consegui ser uma mais-valia, pois desde cedo que me envolvi em todas as tarefas solicitadas não apenas pela minha supervisora, mas também pelos restantes técnicos e cuidadores/as. Cumpri sempre o meu horário e mantive-me interessada em apoiar em tudo o que fosse necessário.

Em termos de obstáculos à minha intervenção poderei apenas referir o número reduzido de famílias, sendo que inicialmente tinha-se perspectivado serem três e depois acabou por ser apenas uma. Contudo, o facto de ser apenas uma permitiu que conseguisse estabelecer uma maior empatia e relação de proximidade com a mesma.

Ao longo dos meses de estágio, e em conversa com a minha supervisora, pude também entender que, pela sua experiência profissional, “nem todas as famílias querem ser ajudadas” (notas de terreno 23ºdia), isto é, nem todas as

famílias parecem querer modificar-se a si próprias para o bem superior do(s) seu(s) filho(s). Existem muitas famílias que poderiam ter contato regular com os seus filhos enquanto estes estão acolhidos, mas não o fazem.

Esta é, sem dúvida, uma realidade que pude constatar de perto. Por outro lado, muitos pais vêem o acolhimento como uma “zona de conforto”, pois têm o seu filho/a com alguém de confiança, que trata bem deles, que lhes dá tudo o que necessitam e, na maior parte das vezes, estas crianças estando acolhidos na Casa de Cedofeita têm coisas que não teriam se lá não estivessem.

O que aqui é importante salientar é que ainda há muito trabalho a fazer em termos de consciencializar os pais e a comunidade que o acolhimento não é de todo a solução para os problemas das crianças. Embora ajude no momento, traz também com ele grandes consequências. Apesar disso, no nosso país, ainda são muitas as famílias que após terem os filhos acolhidos se desinteressam ou deixam de os visitar é uma realidade cruel mas que existe. (CASA, 2014)

Ao longo do meu estágio curricular pude também assistir a várias visitas e chamadas telefónicas de algumas crianças, agora jovens, que estiveram acolhidos na Casa de Cedofeita. Esta situação demonstra como, apesar de ser “um mal necessário”, ainda conseguem retirar lembranças positivas e felizes dos momentos que passaram acolhidos.

Para os técnicos e cuidadores este é sem dúvida um momento muito importante, pois é o momento em que vêm que de facto o seu trabalho, o seu investimento, o carinho e dedicação que prestam a estas crianças faz a diferença. Momentos como esses despoletam grandes emoções pois trazem ao de cima várias recordações. O que é certo, é que todos estes jovens e crianças que ligam ou vão até à Casa de Cedofeita, depois de alguns anos, parecem ver a Casa não como uma instituição, mas sim como um lugar seguro onde puderam crescer em segurança em harmonia.

5º Capítulo

Apresentação e discussão dos resultados

No que concerne aos resultados da minha intervenção durante o estágio curricular posso referir que, tal como foi sublinhado no capítulo anterior, apenas trabalhei com uma das famílias das crianças acolhidas. Este aspeto condicionou a minha intervenção, na medida em que não pude explorar mais do que um caso. Contudo, a circunstância permitiu-me trabalhar mais a fundo com a única família que acompanhei.

Apesar de a identidade dos profissionais ser variável (assistente de serviço social, educador, moderador...) têm um ponto em comum: consideram que a intervenção se baseia na relação entre o trabalhador social e os seus sujeitos, sendo a relação a principal ferramenta de intervenção (Weber, P. 2011: 203).

Tendo em conta todo o trabalho realizado para além das intervenções junto da família, posso referir que vários resultados foram apurados de toda esta etapa.

O primeiro, e que considero mais importante, é o facto de durante todo este percurso me ter sido dada a oportunidade de conhecer todos os passos que habitualmente se processam desde o acolhimento da criança até ao trabalho com as famílias. Para além disso, destaco também o envolvimento que tive em todas as atividades e tarefas e também a possibilidade de participar em formações dadas pela Casa.

Em relação à família com que trabalhei, todo o trabalho feito com a mesma durante os meses de estágio revelou resultados positivos em quase todos os objetivos inicialmente propostos.

Para melhor avaliar o trabalho desenvolvido, referente à minha intervenção, confrontei os objetivos iniciais da minha intervenção com os resultados alcançados aos vários níveis. Na minha perspetiva, o objetivo inicial “- Contribuir para capacitar os pais para a aplicação e utilização de estratégias positivas, minimizando conflitos intra e extrafamiliares e fortalecendo a relação familiar;” (Apêndice 1), foi parcialmente concretizado. De facto, se com uma das famílias o objetivo pode ser considerado como atingido, podem, contudo, ser identificados alguns pontos menos conseguidos no âmbito da minha intervenção.

Em termos de resultados concretos posso referir que, desde o momento em que começamos a acompanhar a família do A., houve modificações, nomeadamente no que se refere à organização e interesse por parte dos pais. Passaram a ser muito mais ativos e colaboradores em tudo o que lhes era solicitado. Ao longo das reuniões que fomos tendo com a família também foi possível verificar que várias alterações foram surgindo e foram traçados objetivos a cumprir. Desses objetivos são de destacar a implementação de novas rotinas para os pais do A., a implicação num maior envolvimento na vida do filho, nomeadamente, no acompanhamento a consultas médicas e nas idas a levar e buscar o A. à escola e também a assinatura da prorrogação da medida de acolhimento institucional.

Existiram também alguns aspetos negativos durante este período de intervenção, nomeadamente de salientar as questões e problemas que a gravidez da mãe do A poderiam acarretar (ver Apêndice 10), e, para além disso, alguns atrasos por parte da família em algumas reuniões. Estes atrasos eram justificados muitas vezes pela gravidez da mãe, que dizia que não podia caminhar muito depressa e em algumas das vezes nem sequer apresentavam justificação.

O objetivo principal da intervenção com a família era o de “prepará-la para o regresso do A a casa”, contudo, o cumprimento deste objetivo só se irá verificar no final do ano lectivo, data estabelecida para o regresso. Assim sendo,

não é possível tirar conclusões acerca desse objetivo. Todavia poderá dizer-se que se está no caminho para este objetivo ser cumprido da melhor forma, uma vez que, a família tem continuado a mostrar-se empenhada e colaborante em termos do que foi definido.

Como foi referido no capítulo 2 deste relatório, existem características que determinam os efeitos da institucionalização e da intervenção. Tendo em conta esta referência (CASA, 2014: 16) na intervenção junto da família que acompanhei, houveram algumas características que determinaram os seus efeitos. Por um lado, e numa primeira fase, a abertura da família para ouvirem os nossos contributos, foi sem dúvida um aspeto de grande importância, uma vez que, determinou tudo o que depois se traçou em termos de trabalho com a mesma.

Por outro lado, o facto da família se ter mostrado empenhada em seguir os objetivos traçados em cada etapa. Outro aspeto de grande relevo foi a mudança que se pôde assistir no comportamento do A., como já se registou, desde a sua entrada na Casa de Cedofeita.

A equipa tem, pois, um papel essencial, pois é com ela que ele convive diariamente e é ela que o ajuda e ensina a crescer.

Para além do trabalho feito com a família, como já foi referido, realizei outros tipos de trabalho durante o meu estágio.

De todo esse trabalho realizado, posso salientar como aspetos positivos a abertura e à vontade que me foi dado desde o início do estágio. Posso também referir o facto de ter tido a oportunidade de polivalência de trabalhos executados que me ajudou a compreender melhor todos os tipos de tarefas e funções que se podem fazer na Casa. Desde trabalhos que mais se ligam com a equipa técnica àqueles relacionados com a equipa educativa e também a trabalhos de serviço geral, destacando-se aqui as tarefas e rotinas domésticas.

Como foi referido no capítulo anterior, foram vários os pontos onde pude aprofundar os meus conhecimentos a nível da intervenção. Consegui perceber de perto como a intervenção comunitária pode ser feita de variadas formas e como se pode, através de uma experiência polivalente, perceber muito melhor todo o trabalho que podemos fazer a vários níveis.

Para além de todo o trabalho realizado durante o estágio curricular, no final do estágio propus fazer um estágio profissional, pelo que fiquei como voluntária da Casa. Assim sendo, permaneci na Casa de Cedofeita dois dias por semana, tendo continuado o trabalho com a família, que estava a acompanhar juntamente com a minha supervisora local e a participar, tal como anteriormente, em todas as tarefas que me solicitaram.

Este período como voluntária é importante para mim pois é uma forma de não quebrar a ligação que tenho com a Casa e de me manter por dentro das coisas. Para além disso, em alguns dos dias ocupei-me em trabalhar para o meu relatório rentabilizando assim o tempo lá passado.

Para além da enumeração dos pontos positivos, negativos, ameaças e oportunidades, decorrentes da minha intervenção, utilizei também as notas de terreno como um elemento fundamental na avaliação de todo este percurso. Através da sua escrita e posterior leitura, consegui recordar todos os dias que passei na Casa de Cedofeita, bem como, todo o trabalho desenvolvido durante esses dias. Estas foram sem dúvida um objeto privilegiado na análise de conteúdo, revelam-se assim um instrumento importante para a análise de informação (Neves, 2001).

Assim tendo uma noção concreta de tudo o que tinha realizado foi mais fácil elencar todos os resultados apurados do estágio curricular.

No que se refere a constrangimentos institucionais destacam-se os atrasos por parte do tribunal e dos serviços de adoção em dar resposta aos processos. A título de exemplo, a demora do tribunal e a desmarcação de debates judiciais faz com que, muitas vezes, seja prolongado o acolhimento de uma criança quando este poderia ser mais curto. O caso da bebé que está acolhida é um exemplo disso, o debate judicial foi desmarcado interferindo desde logo com o seu futuro e com a sua saída da Casa de Cedofeita.

Para além destes atrasos, outro dos constrangimentos que importa referir, e que está diretamente relacionado com o trabalho com as famílias, é o carácter temporário do acolhimento. Quando uma criança é acolhida, havendo essa possibilidade, é perspectivado o acompanhamento da sua família. Contudo, isto

nem sempre é tão linear como parece, pois como sabemos muitas vezes o acolhimento é de tal forma curto que não é possível fazer esse trabalho com a família.

Para além disso, a maior parte das vezes, estas famílias vêm de tal forma “saturadas” dos serviços que não estão abertas a mais intervenções. Este facto torna muitas vezes difícil o trabalho que se pretende fazer com as famílias uma vez que estas já passaram por várias intervenções.

Tendo em conta a teoria que me orientou e enunciada anteriormente, no que toca as famílias multiproblemáticas poderá referir-se que também esse é um constrangimento em termos de intervenção, uma vez que, para além do acolhimento do filho/a têm vários outros problemas associados. Este facto torna-as desafiadoras pois é necessário mais empenho e dedicação por parte dos profissionais que trabalham com elas.

Para além disso a teoria de Bronfenbrenner e a sua perspetiva ecológica foi importante para a minha intervenção, uma vez que, pude verificar de perto como de facto os vários contextos se influenciam mutuamente. No caso específico da família que acompanhei consegui verificar como em todo o processo a família, a escola, a Casa de Cedofeita, a maternidade e todos os outros serviços e pessoas que interagem directamente com a criança, são fundamentais para o seu crescimento.

Neste caso, senão fosse a interação entre todos estes sistemas, talvez não se tivessem feito progressos ao nível da intervenção, uma vez que, para esta surtir os efeitos visados teve que acontecer a vários níveis. Por exemplo, para além do acompanhamento à família, durante o acolhimento, também foi importante o A ser acompanhado ter terapias, andar na escola, ter consultas médias e todas as atividades e rotinas diárias como todas as outras crianças.

No que diz respeito ao acolhimento institucional em Portugal, poderei referir que a Casa de Cedofeita é o exemplo de como, apesar de ser o “mal menor”, o acolhimento pode ter pontos positivos quando bem perspectivado. E, neste aspeto, é importante referir que, tal como foi referido anteriormente, o facto de acolher apenas 10 crianças e ter uma equipa multidisciplinar disponível para

trabalhar com elas vários aspetos, faz da Casa de Cedofeita uma instituição privilegiada. Também ela é um exemplo de um modelo terapêutico e especializado, privilegiando o trabalho em equipa e o acompanhamento individualizado.

Contudo, seria importante, que se perspetivassem novos estudos para avaliar a eficácia deste tipo de intervenções e, assim, se responder à questão enunciada anteriormente no capítulo 2: “What works best and for whom? – but without forgetting “How?” and “Why?” (Del Valle et al.: 17).

Ou seja, apesar da minha intervenção ter corrido bem, era importante que existissem outras formas de avaliação destes tipos de intervenção, pelo que aqui, chamo a atenção para a importância de novos estudos que venham corroborar tudo o que aqui foi dito.

Ao longo do meu estágio curricular todos os pontos enunciados por Menezes, 2007:

usar o humor – ser sensível; nunca dizer que se quer “ajudar” a comunidade – ser honesto quanto aos motivos – participar e ser genuíno - envolver-se na vida da comunidade; lidar com a incerteza e o imprevisto; ser paciente e deixar liderar; dar tempo – estar disponível para ensinar e partilhar ideias; estar disponível para mudar e preparado para aprender; respeitar os valores, crenças e conflitos; manter uma monitorização atenta sobre si próprio e os seus sentimentos – consultar com outros colegas; ter um plano de saída e/ou continuidade (cit in Kagan et al., 2011; Kowalski et al., 2011).

foram todos eles tidos em conta nas várias fases da minha intervenção, sendo que me permitiram conseguir o respeito, o reconhecimento e a valorização de todo o meu trabalho.

No final do período de estágio curricular propus à instituição realizar um estágio profissional, estágio esse que foi aceite pela Direção de Lisboa e que será iniciado em Setembro. Este é mais um aspeto positivo que posso salientar na minha intervenção, o facto de ter sido receptiva, empenhada e de me esforçar para ir de encontro ao pretendido fez com que o meu trabalho fosse valorizado.

6º Capítulo

Discussão final

O estágio curricular para além de uma experiência fundamental a nível profissional, permite que tenhamos um contato direto com as atividades inerentes ao exercício da nossa profissão. O Mestrado pretende assim que o estudante “adquira experiência profissional em contexto real, segundo a área de especialização do domínio, desenvolvendo competências em conjunto ou separadamente aos níveis a que se reportam o perfil anteriormente enunciado.” (Anexo 2 pág.4)

Assim sendo, tendo em conta que o meu domínio de especialização é a intervenção comunitária, através desta experiência pude consolidar tudo o que apreendi ao longo do Mestrado em Ciências da Educação e das várias unidades curriculares.

A intervenção comunitária é uma área fundamental no contexto onde desenvolvi o meu estágio curricular. Como tal, consegui desenvolver o meu projeto de estágio como era esperado.

A educação familiar foi sem dúvida primordial, pois foi nela que a minha intervenção se centrou, sendo esta vista como:

um conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e a dos seus filhos e aumente a qualidade das relações entre eles (Pugh et al., 1997 cit in Gaspar, 2005).

6.1 Papel do profissional de Ciências da Educação

Tendo em conta que o perfil do Mestre em Ciências da Educação engloba as seguintes competências:

- a) análise crítica de dispositivos, contextos e projetos sócio-educativos de educação formal e de educação não- formal e de actividades de natureza cultural e social;
- b)conceção, gestão e avaliação de:
 - i)projetos curriculares, sócio-educativos e/ou comunitários;
 - ii)programas de orientação psico e sócio-pedagógica nos contextos escolar e familiar;
 - iii) processos de intervenção educativa e formativa em contextos de institucionalização;
 - iv) processos de formação de professores, de outros agentes educativos e de educação de adultos;
- c)intervenção no quadro:
 - i)de situações e problemas educacionais e de formação identificados;
 - ii)do desenvolvimento institucional e comunitário, no sentido da promoção da qualidade de dispositivos de educação/formação;
 - iii)de consultoria ao desenvolvimento de iniciativas e políticas de educação/formação, nomeadamente no âmbito das cidades educadoras, da vida das escolas, da igualdade e diversidade, da protecção social, da produção e acesso à cultura,...;
- d)investigação em educação, em casos específicos, por referência a contextos:
 - i)de educação formal e não-formal;
 - ii)de natureza social, cultural, económica, da saúde, da justiça e outras, onde as dimensões educativa e formativa são determinantes.”
(http://sigarra.up.pt/fpceup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2014&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=M&pv_curso_id=815).

Posso referir que o meu estágio curricular permitiu que estas competências fossem desenvolvidas e consolidadas, revelando desta forma, a importância e o papel que o Educador Familiar pode ter numa instituição como a Casa de Cedofeita.

Esta experiência, foi sem dúvida enriquecedora, contudo volto a enfatizar a necessidade de existirem novos estudos que avaliem a qualidade do serviço prestado por estas instituições e a sua forma de atuação. Estes estudos serão uma mais-valia, tanto para melhoria do trabalho que é desempenhado por estas instituições, como, também, como reconhecimento da importância do acolhimento institucional em Portugal.

6.2 Perspetivas de futuro

No que se refere às perspetivas de trabalho futuro emergentes deste estágio poderei referir que, para além de ser uma oportunidade de ganharmos experiência, é também um momento onde podemos conseguir integrar-nos no mercado de trabalho.

Em termos de perspetivas, tal como já referi no capítulo anterior, poderei mencionar que consegui a oportunidade de fazer um estágio profissional na mesma instituição. Estágio que poderá ser uma excelente oportunidade para continuar a aplicar o que tenho apreendido até então.

Para além disso, o estágio curricular foi uma excelente ponte de contato com o mercado profissional desta área, permitindo-me conhecer mais instituições na área da intervenção social comunitária, bem como, um alargado número de profissionais que foram importantes na minha integração enquanto estagiária.

Referências Bibliográficas

- Santos, Maria Adelaide (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – A experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Ander- Egg, E. (1995). *Introdução ao Trabalho Social*. Brasil: Vozes.
- Ander- Egg, E. & Idáñez, M. (1995). *Cómo elaborar un proyecto: Guía para diseñar proyectos sociales y culturales*. Buenos Aires: Lumen.
- Barth, R.P. (2005). Residential care- from here to eternity. *International Journal of Social Welfare*, 14: 158-162.
- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social 1ºvolume*. Porto: Porto Editora, LDA.
- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da Educação à Intervenção Social 2ºvolume*. Porto: Porto Editora, LDA.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2011a). *Promoção e proteção dos direitos das crianças – guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa: CNPCJR.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2011b). *Promoção e proteção dos direitos das crianças – guia de orientações para os profissionais das forças de segurança na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa: CNPCJR.

- Cortesão, Irene & Trevisan, Gabriela (2006). O trabalho sócio-educativo em contextos não formais – Análise de uma realidade. Cadernos de Estudo, nº 3, 61-74.
- Carvalho, Maria João Leote (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Costa, A. et al (2014). *Direitos da Criança: Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano.
- Del Valle, J. & Artega, A. (2007). SERAR – Sistema de Evaluación y Registro en Acogimiento Residencial. Oviedo: Asociación para el estudio y promoción del bienestar infantil, 2ª edición.
- Decreto-Lei nº 147/99 de 1 de Setembro. Diário da República nº204/99 - I Série. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social.
- Decreto-Lei nº166/99 de 14 de Setembro. Diário da República nº215/99 – I Série. Lisboa: Direção Geral dos Serviços Judiciários.
- Erik J. Knorth, Annemiek T. Harder, Tjalling Zandberg & Andrew J. Kendrick (2008). Under one roof: A review and selective meta-analysis on the outcomes of residential child and youth care. *Science Direct, Children and Youth Services Review*, 30: 123-140.

- Gaspar, M. (2005). Educação Familiar como intervenção sócio-educativa: Porquês, para quem, como e por quem?, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39 (3), 61-98.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2015). CASA 2014 – *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. (pp. 1-66). Lisboa: ISS.
- Menezes, I. (2007). *Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica*. Porto: LivrPsic.
- Martins, E. (2013). *Manual Técnico Projeto Nós e os Laços*. Coimbra: ASOS – Associação Soltar os Sentidos.
- Magalhães, T. (2004). *Maus Tratos em Crianças e Jovens: Guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Nunes, A. (1997). *Questões Preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Presença, Lda.
- Fernandes, Luís; Neves, Tiago; Chaves, Miguel (2001). Investigação Etnográfica em Territórios Psicotrópicos: notas de terreno e comentário, *Educação, Sociedade e Cultura*, 16, 171-201.
- Programa de Intervenção e Análise Familiar, adaptado de: McWilliam, R.A., Ferguson, A., Harbin, G., Porter, D. M. & Vaderviere, P. (1998). The family centeredness of individualized family services plans. *Topics in Early Childhood Special Education*, 18, 69-82.

- Rodrigues, Del Valle & Barbosa-Ducharne (2014). Differences and similarities in children's and caregivers' perspectives on the quality of residential care in Portugal: A first glance. *Children's and Caregivers Perspectives*, 1-23.
- Rodrigues, Del Valle & Barbosa-Ducharne (2013). The Quality of Residential Child Care in Portugal and The Example of its Development in Spain. *Papeles del Psicólogo*, Vol34 (1), 11-22.
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (1985). *Terapia Familiar/ 2ª edição*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem. Psicologia, Psicanálise, Psiquiatria.
- Terrise, B., Larose, F. & Couturier, Y. Quelles sont les compétences attendues pour assurer la professionnalité dans l'intervention socio-éducative auprès du jeune enfant et de sa famille? *Revue Internationale de L'éducation Familiale*, 7(1), 1-17.
- Weber, P. (2011). *Dinâmicas e Práticas do Trabalhador Social*. Porto: Porto Editora, LDA.